

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	22

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.922.515.918
Preferenciais	0
Total	3.922.515.918
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2008	Dividendo	29/12/2008	Ordinária		0,00001
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2009	Dividendo	30/10/2009	Ordinária		0,00002
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	17/11/2009	Dividendo	30/11/2009	Ordinária		0,00005
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2010	Dividendo	21/06/2010	Ordinária		0,00003
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo		Ordinária		0,01308

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	4.385.650	4.313.606
1.01	Ativo Circulante	790.047	737.482
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	27.819	37.568
1.01.02	Aplicações Financeiras	656	25.614
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	656	25.614
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	656	25.614
1.01.03	Contas a Receber	572.735	508.287
1.01.03.01	Clientes	572.735	508.278
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionários	700.011	636.822
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-178.751	-169.057
1.01.03.01.03	Consumidores de Baixa Renda	21.440	14.234
1.01.03.01.04	Ativos Regulatórios	3.166	3.181
1.01.03.01.05	Cauções e Depósitos	26.869	23.098
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	9
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	0	9
1.01.04	Estoques	3.623	38
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.769	62.014
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.769	62.014
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.785	604
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	118.660	103.357
1.01.08.03	Outros	118.660	103.357
1.02	Ativo Não Circulante	3.595.603	3.576.124
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.101.914	1.104.017
1.02.01.03	Contas a Receber	27.012	20.842
1.02.01.03.01	Clientes	27.012	20.842
1.02.01.06	Tributos Diferidos	405.888	405.849
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	405.888	405.849
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	703	715
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	703	715
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	668.311	676.611
1.02.01.09.04	Tributos a Compensar	71.818	80.237
1.02.01.09.05	Depósitos Vinculados a Litígios	147.698	143.450
1.02.01.09.06	Cauções e Depósitos	36.959	36.006
1.02.01.09.07	Ativo Indenizável (Concessão)	411.836	416.918
1.02.03	Imobilizado	38.493	40.771
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	25.965	27.148
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	12.528	13.623
1.02.04	Intangível	2.455.196	2.431.336
1.02.04.01	Intangíveis	2.455.196	2.431.336
1.02.04.01.02	Softwares	42.769	36.278
1.02.04.01.03	Direito de Uso da Concessão	2.412.427	2.395.058

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	4.385.650	4.313.606
2.01	Passivo Circulante	1.127.173	1.057.712
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.852	25.833
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16.852	25.833
2.01.02	Fornecedores	264.710	274.569
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	264.710	274.569
2.01.03	Obrigações Fiscais	58.068	60.634
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	38.256	43.418
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.392	13.469
2.01.03.01.02	PIS e COFINS a Pagar	26.218	29.375
2.01.03.01.03	Outras Obrigações Fiscais	9.646	574
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	18.426	14.984
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.386	2.232
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	527.443	450.098
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	328.656	247.319
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	328.656	247.319
2.01.04.02	Debêntures	198.787	202.779
2.01.05	Outras Obrigações	260.100	246.578
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	99.793	94.018
2.01.05.02	Outros	160.307	152.560
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	28.908	28.908
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	22.998	23.467
2.01.05.02.05	Parcelamento Especial	7.033	6.988
2.01.05.02.06	Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e de Eficiência Energética	52.910	77.065
2.01.05.02.07	Obrigações com Contribuição de Iluminação Pública	15.136	7.267
2.01.05.02.08	Passivo Regulatório	14.525	5.671
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	18.797	3.194
2.02	Passivo Não Circulante	1.615.945	1.672.425
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	758.398	797.854
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	313.529	355.834
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	313.529	355.834
2.02.01.02	Debêntures	444.869	442.020
2.02.02	Outras Obrigações	385.760	404.706
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.923	2.409
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.923	2.409
2.02.02.02	Outros	383.837	402.297
2.02.02.02.03	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	363.914	365.212
2.02.02.02.04	Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e de Eficiência Energética	0	6.721
2.02.02.02.05	Parcelamento Especial	12.890	14.480
2.02.02.02.07	Passivo Regulatório	7.024	15.877
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	9	7
2.02.03	Tributos Diferidos	25.419	23.547
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25.419	23.547
2.02.04	Provisões	446.368	446.318

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	446.368	446.318
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	32.032	32.045
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	180.821	184.482
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	233.515	229.791
2.03	Patrimônio Líquido	1.642.532	1.583.469
2.03.01	Capital Social Realizado	998.230	998.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.04	Reservas de Lucros	561.985	561.985
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	539.016	539.016
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	22.969	22.969
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	59.063	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	821.165	823.292
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-628.814	-527.928
3.03	Resultado Bruto	192.351	295.364
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-54.954	-76.640
3.04.01	Despesas com Vendas	-16.801	-22.658
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.153	-53.982
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	137.397	218.724
3.06	Resultado Financeiro	-47.832	-33.153
3.06.01	Receitas Financeiras	22.133	33.177
3.06.02	Despesas Financeiras	-69.965	-66.330
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	89.565	185.571
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-30.502	-63.303
3.08.01	Corrente	-28.669	-36.255
3.08.02	Diferido	-1.833	-27.048
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	59.063	122.268
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	59.063	122.268
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01000	0,03000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	19.591	173.134
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	173.993	277.703
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	59.063	122.268
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.784	18.267
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	44.870	42.686
6.01.01.04	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	19.236	20.421
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	37.026	58.589
6.01.01.06	Receita de Ativo Indenizável	-6.452	-9.731
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.833	27.048
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	5.633	-1.845
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-154.402	-104.569
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-79.655	-71.457
6.01.02.02	Estoques	-3.585	-433
6.01.02.03	Partes Relacionadas	5.310	558
6.01.02.04	Tributos a Compensar	7.664	-12.293
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-3.181	0
6.01.02.06	Cauções e Depósitos	-4.724	-12.939
6.01.02.07	Depositos Vinculados a Litígios	-4.248	0
6.01.02.08	Outros Créditos	-15.327	-8.852
6.01.02.09	Fornecedores	-9.859	-2.502
6.01.02.10	Folha de Pagamento	-8.981	-15.547
6.01.02.11	Tributos a Pagar	-2.566	-13.886
6.01.02.12	Taxas Regulamentares	-469	4.053
6.01.02.13	Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e de Eficiência Energética	-30.876	5.414
6.01.02.14	Pagamento de Benefícios Pós Emprego	-6.931	0
6.01.02.15	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-19.186	8.498
6.01.02.16	Outros Passivos	22.212	14.817
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-29.960	26.485
6.02.01	Outros Ativos Financeiros	24.958	90.674
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-54.918	-64.189
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	620	-207.777
6.03.02	Pagamento de Debêntures	0	-135.927
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos.	88.684	9.965
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos.	-54.359	-34.906
6.03.05	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-12.650	-46.909
6.03.06	Pagamento de Juros de Debêntures	-21.055	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.749	-8.158
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	37.568	159.779
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	27.819	151.621

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	561.985	0	0	1.583.469
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	561.985	0	0	1.583.469
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	22.969	-22.969	0	0
5.04.10	Dividendos Adicionais	0	0	22.969	-22.969	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	59.063	0	59.063
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	59.063	0	59.063
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	584.954	36.094	0	1.642.532

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	532.508	0	0	1.553.992
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	532.508	0	0	1.553.992
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	122.268	0	122.268
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	122.268	0	122.268
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	532.508	122.268	0	1.676.260

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	1.271.009	1.271.422
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.177.645	1.219.439
7.01.02	Outras Receitas	2.348	4.934
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	102.858	47.049
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-11.842	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-568.178	-521.396
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-336.988	-310.716
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-58.077	-49.324
7.02.04	Outros	-173.113	-161.356
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-29.369	-59.050
7.02.04.02	Custo de construção	-102.858	-47.049
7.02.04.03	Outras despesas operacionais	-40.886	-55.257
7.03	Valor Adicionado Bruto	702.831	750.026
7.04	Retenções	-44.870	-42.686
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44.870	-42.686
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	657.961	707.340
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	40.504	33.177
7.06.02	Receitas Financeiras	40.504	33.177
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	698.465	740.517
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	698.465	740.517
7.08.01	Pessoal	31.651	36.913
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.678	22.296
7.08.01.02	Benefícios	7.745	7.524
7.08.01.03	F.G.T.S.	640	244
7.08.01.04	Outros	588	6.849
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	588	6.849
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	516.783	513.356
7.08.02.01	Federais	214.945	211.087
7.08.02.02	Estaduais	299.843	300.828
7.08.02.03	Municipais	1.995	1.441
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	90.968	67.980
7.08.03.01	Juros	38.798	50.151
7.08.03.02	Aluguéis	2.633	1.650
7.08.03.03	Outras	49.537	16.179
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	59.063	122.268
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	59.063	122.268

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Divulgação de Resultados

Earnings Release 1T11

25 Maio de 2011

Relações com Investidores

Luiz Carlos Bettencourt
Diretor de Relações com Investidores

David Abreu
Gerente de Relações com Investidores

Hugo Nascimento | 55 21 2613-7773
Mariana Alvarenga | 55 21 2613-7389

ri@ampla.com.br



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Divulgação de Resultados

Earnings Release 1T11



Rio de Janeiro, 25 de maio de 2011 – A Ampla Energia e Serviços S/A (AMPLA) [BOV: CBEE3], distribuidora de energia elétrica, concessionária de serviço público federal, cuja área de concessão abrange 73% do território do estado do Rio de Janeiro, cobre 66 municípios e possui 2,6 milhões de clientes, divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2011 (1T11). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária. As comparações referem-se ao primeiro trimestre de 2010, salvo indicação contrária.

1º trimestre de 2011 da Ampla se destaca por aumento do mercado e melhoria de indicadores operacionais

DESTAQUES

O volume de energia vendida e transportada pela Ampla atingiu 2.668 GWh* no 1T11, 2,8% superior ao registrado no 1T10.

A Receita Bruta, no 1T11, atingiu o montante de R\$ 1.271 milhões, um incremento de 0,3% em relação ao mesmo trimestre de 2010.

O EBITDA alcançou o montante de R\$ 182 milhões* no ano, registrando redução de 30,3% em relação ao 1T10 e Margem EBITDA de 22,2%*.

No 1T11, o Lucro Líquido totalizou R\$ 59 milhões, 51,7% a menos do que no 1T10. A Margem Líquida ficou em 7,2%.

O total de investimentos realizados no 1T11 foi de R\$ 104 milhões, o que representa um incremento de R\$ 33 milhões, ou 46,6% em relação ao 1T10.

As perdas totais de energia acumularam 20,27% no 1T11, representando uma redução de 1,00 p.p em relação ao 1T10.

Os indicadores de produtividade MWh/colaborador e MWh/cliente atingiram, no 1T11, 2,213* e 1,03*, o que representa evolução de 4,4% para o primeiro, e manutenção para o indicador MWh/cliente, em relação 1T10.

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T11	1T10	Var. %	4T10	Var. %(1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.668	2.596	2,8%	2.372	12,5%
Receita Bruta (R\$ mil)	1.270.660	1.266.488	0,3%	1.539.929	-17,5%
Receita Líquida (R\$ mil)	821.165	823.292	-0,3%	1.138.682	-27,9%
EBITDA(2) (R\$ mil)*	182.267	261.410	-30,3%	165.692	10,0%
Margem EBITDA (%)*	22,20%	31,75%	-9,55 p.p	-9,56%	31,76 p.p
EBIT(3) (R\$ mil)*	134.435	228.257	-41,1%	114.539	17,4%
Margem EBIT (%)*	16,37%	27,72%	-11,35 p.p	10,06%	6,31 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	59.063	122.268	-51,7%	82.009	-28,0%
Margem Líquida (%)	7,19%	14,85%	-7,66 p.p	7,20%	-0,01 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	103.844	70.842	46,6%	145.422	-28,6%
DEC (12 meses)*	20,39	24,58	-17,0%	23,81	-14,4%
FEC (12 meses)*	10,78	14,54	-25,9%	12,74	-15,4%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	99,31%	99,55%	-0,24 p.p	99,69%	-0,38 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	20,27%	21,27%	-1,00 p.p	20,51%	-0,24 p.p
Nº de Consumidores Totais* **	2.587.225	2.529.497	2,3%	2.570.595	0,6%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.206	1.225	-1,6%	1.176	2,6%
MWh/Colaborador*	2.213	2.119	4,4%	2.017	9,7%
MWh/Consumidor*	1,03	1,03	-	0,92	12,0%
Consumidor/Colaborador*	2.145	2.065	3,9%	2.186	-1,9%

(1) Variação entre 1T11 e 4T10

(2) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações e (3) EBIT: Resultado do Serviço

*Valores não auditados

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Earnings Release 1T11



2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Ampla fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.188 km², o que correspondente a aproximadamente 73% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende aproximadamente 2,6 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população estimada de 6,7 milhões de habitantes.

DADOS DA ÁREA DE CONCESSÃO*

	1T11	1T10	Var. %
Área de Concessão (km ²)	32.188	32.188	-
Municípios (Qte.)	66	66	-
Habitantes (Qte.) (1)	6 6.721.611	6.571.633	2,3%
Consumidores (Unid.)	2.587.225	2.529.497	2,3%
Volume de Energia (GWh)	2.668	2.596	2,8%
Marketshare - Nº de Clientes (2)	3,44%	3,66%	-0,22 p.p
Marketshare - Volume de Energia	2,49%	2,54%	-0,05 p.p

(1) Fonte: 2010 - Censo IBGE 2010, 2009 - Estimativa Ampla

(2) Valores de 2011 estão estimados



Estrutura de Controle

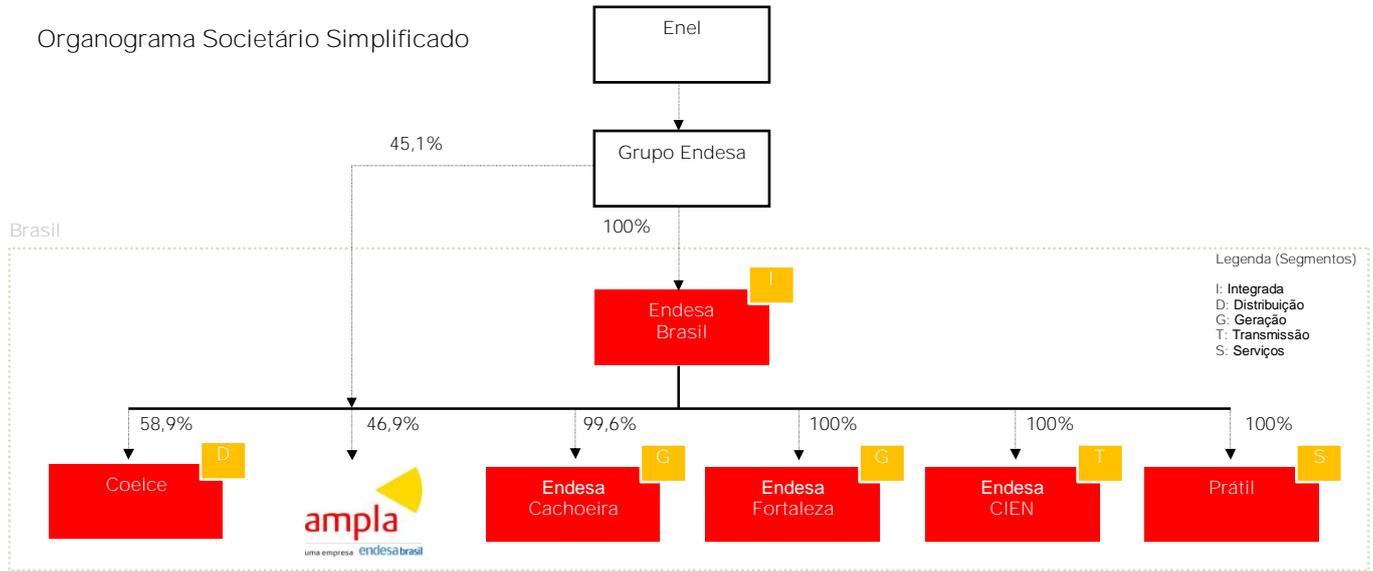
Sociedade anônima de capital aberto, a Companhia é controlada pelo grupo Enel / Endesa por meio da Endesa Brasil S/A, Chilectra Inversud S/A, Enersis S/A e Chilectra S/A que detêm, respectivamente, 46,9%, 21,0%, 13,7% e 10,3% do capital total.

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 31/12/2010)

	ON (lote de mil)	%	TOTAL	%
Controladores	3.606.090.192	91,93%	3.606.090.192	91,9%
Endesa Brasil	1.839.121.933	46,89%	1.839.121.933	46,9%
Chilectra Inversud S/A	824.607.526	21,02%	824.607.526	21,0%
Enersis S/A	536.591.908	13,68%	536.591.908	13,7%
Chilectra S/A	405.768.824	10,34%	405.768.824	10,3%
Não Controladores	316.425.726	8,07%	316.425.726	8,1%
EDP - Energias de Portugal S/A	302.176.533	7,70%	302.176.533	7,7%
Outros	14.249.193	0,36%	14.249.193	0,4%
Totais	3.922.515.918	100,00%	3.922.515.918	100,0%

*Valores não auditados

Divulgação de Resultados
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Earnings Release 1T11



3

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

Crescimento de Mercado

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNID.)

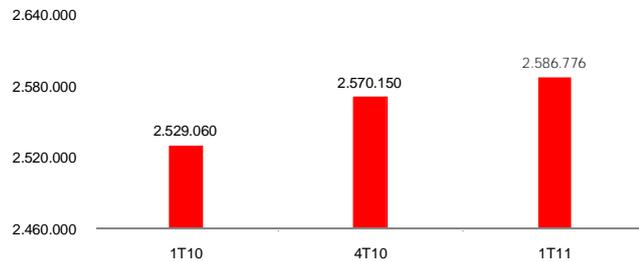
	1T11	1T10	Var. %	4T10	Var. %(1)
Mercado Cativo	2.586.740	2.529.032	2,3%	2.570.114	0,6%
Residencial - Convencional	1.671.774	1.570.963	6,4%	1.625.339	2,9%
Residencial - Baixa Renda	658.724	705.428	-6,6%	689.657	-4,5%
Industrial	5.511	5.480	0,6%	5.501	0,2%
Comercial	167.460	166.334	0,7%	166.841	0,4%
Rural	66.840	65.247	2,4%	66.538	0,5%
Setor Público	16.431	15.580	5,5%	16.238	1,2%
Clientes Livres	23	23	-	23	-
Industrial	19	19	-	19	-
Comercial	4	4	-	4	-
Revenda	13	5	160,0%	13	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	2.586.776	2.529.060	2,3%	2.570.150	0,6%
Consumo Próprio	449	437	2,7%	445	0,9%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	-	-	-	-	-
Total - Número de Consumidores	2.587.225	2.529.497	2,3%	2.570.595	0,6%

*Valores não auditados

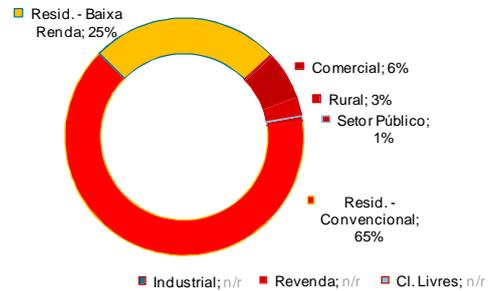
Divulgação de Resultados
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Earnings Release 1T11



Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*
 Evolução 1T10, 4T10 e 1T11



Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*
 Posição 1T11



A Ampla encerrou o 1T11 com 2.587.225 unidades consumidoras* ("consumidores"), 2,3% superior ao número de consumidores ao final do 1T10. Esse crescimento representa um acréscimo de 57.728 novos consumidores* à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 54.107 novos consumidores*.

Essa evolução reflete o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla e os investimentos realizados pela Companhia em novas conexões.

A variação de 160% na linha de Revenda se deve a reclassificação do cliente CERES (Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende) de Cooperativa, tratada como cliente Rural, para Permissionária de Energia, tratada como Revenda, o que representou um incremento de 8 pontos de medição.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o 1T11 com 2.586.740 consumidores*, um incremento de 2,3% em relação ao ano anterior. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou o 1T11 com 23 clientes livres*, mantendo-se em linha com o mesmo trimestre do ano anterior.

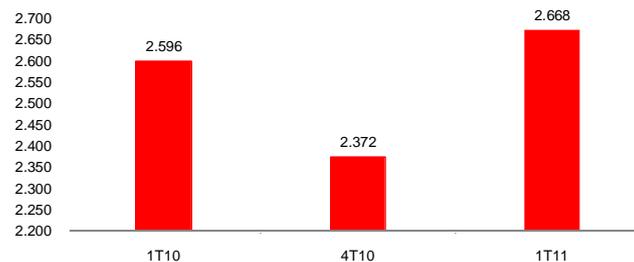
Venda de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)*

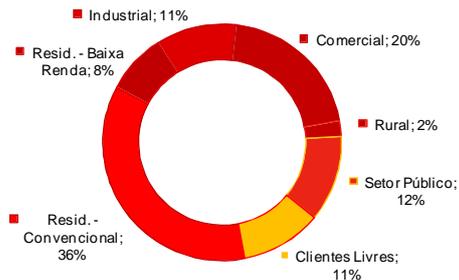
	1T11	1T10	Var. %	4T10	Var. %(1)
Mercado Cativo	2.376	2.308	2,9%	2.065	15,1%
Clientes Livres	293	288	1,7%	307	-4,6%
Total - Venda e Transporte de Energia	2.668	2.596	2,8%	2.372	12,5%

(1) Variação entre 1T11 e 4T10

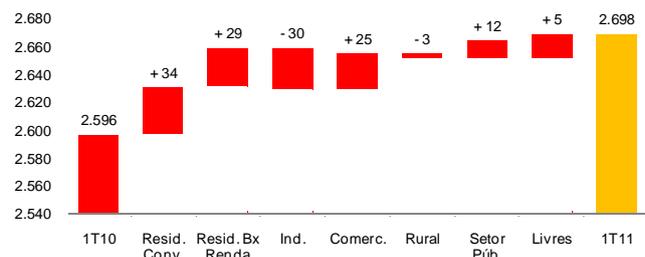
Venda e Transporte de Energia (GWh)*
 Evolução 1T10, 4T10 e 1T11



Venda e Transporte de Energia (GWh)*
 Volume no 1T11



Evolução Anual do Consumo de Energia por Classe (%)
 Evolução 1T10 e 1T11



*Valores não auditados

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Divulgação de Resultados

Earnings Release 1T11



O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla no 1T11 foi de 2.668 GWh*, uma evolução de 2,8% (+72 GWh) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, cujo volume foi de 2.596 GWh*. Esse incremento na energia está concentrado no mercado cativo da Companhia, que apresentou uma evolução de 2,9% (+68 GWh) no 1T11 (2.376 GWh* versus 2.308 GWh*).

Esta evolução também foi impulsionada, em menor escala, por um maior volume de energia transportado para os clientes livres. O volume no 1T11, de 293 GWh*, foi 1,7% superior ao registrado no 1T10 (+5 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

Venda de Energia no Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T11	1T10	Var. %	4T10	Var. %(1)
Residencial - Convencional	955	921	3,7%	781	22,3%
Residencial - Baixa Renda	219	190	15,3%	198	10,6%
Industrial	290	320	-9,4%	290	-
Comercial	540	514	5,1%	461	17,1%
Rural	58	61	-4,9%	52	11,5%
Setor Público	314	301	4,3%	283	11,0%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.376	2.308	2,9%	2.065	15,1%

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

O mercado cativo da Companhia apresentou uma evolução de 2,9% (+68 GWh) no 1T11 (2.376 GWh versus 2.308 GWh do 1T10). Os principais fatores que impulsionaram o aumento do consumo foram: o crescimento vegetativo do mercado cativo, de 2,3%, que adicionou mais 57.708 novos consumidores efetivos à base comercial da Companhia, e o aumento de venda de energia per capita no mercado cativo, de 0,5%.

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)

	1T11	1T10	Var. %	4T10	Var. %(1)
Residencial - Normal	571	586	-2,6%	481	18,7%
Residencial - Baixa Renda	333	270	23,3%	286	16,4%
Industrial	52.625	58.417	-9,9%	52.714	-0,2%
Comercial	3.222	3.091	4,2%	2.764	16,6%
Rural	875	939	-6,8%	788	11,0%
Setor público	19.083	19.324	-1,2%	17.404	9,6%
Média - Venda per capita no Mercado Cativo	918	913	0,5%	803	14,3%

A venda de energia per capita no mercado cativo no 1T11 foi de 918 KWh/consumidor, representando um acréscimo de 0,5% (+5 GWh) em relação ao 1T10.

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T11	1T10	Var. %	4T10	Var. %(1)
Industrial	285	281	1,4%	300	-5,0%
Comercial	8	7	14,3%	7	14,3%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	293	288	1,7%	307	-4,6%

(1) Variação entre 1T11 e 4T10

O transporte de energia para os clientes livres na área de concessão da Companhia no 1T11 foi de 293 GWh*, o que representa um incremento de 1,7% (+5 GWh) em relação ao 1T10.

Balanco Energético

BALANÇO DE ENERGIA

	1T11	1T10	Var. %	4T10	Var. %(1)
Demanda máxima de energia (MW)	2.081	2.044	1,8%	2.058	1,1%
Energia requerida (GWh)	3.479	3.406	2,1%	3.245	7,2%
Energia distribuída (GWh)	2.741	2.653	3,3%	2.606	5,2%
Residencial - Convencional	904	886	2,0%	791	14,3%
Residencial - Baixa Renda	219	190	15,3%	198	10,6%

*Valores não auditados

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Divulgação de Resultados

Earnings Release 1T11



Industrial	279	276	1,1%	298	-6,4%
Comercial	524	508	3,1%	487	7,6%
Rural	56	61	-8,2%	53	5,7%
Setor Público	310	306	1,3%	305	1,6%
Clientes Livres	348	333	4,5%	371	-6,2%
Revenda	95	87	9,2%	99	-4,0%
Consumo Próprio	6	6	-	6	-
Perdas na Transmissão - Rede Básica (GWh)	(140)	(94)	48,9%	(172)	-18,6%
Perdas na Transmissão - Rede Básica (%)	-4,60%	-3,16%	-1,44 p.p	-6,18%	1,58 p.p
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	738	753	-2,0%	639	15,5%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	21,20%	22,11%	-0,91 p.p	19,70%	1,50 p.p

(1) Variação entre 1T11 e 4T10

A energia total requerida na área de concessão da Ampla no 1T11 foi de 3.479 GWh, volume 2,1% (+73 GWh) acima dos 3.406 GWh registrados no 1T10.

Indicadores Operacionais

Qualidade do Fornecimento

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	1T11	1T10	Var. %	4T10	Var. %(1)
DEC 12 meses (horas)	20,39	24,58	-17,0%	23,81	-14,4%
FEC 12 meses (vezes)	10,78	14,54	-25,9%	12,74	-15,4%
Perdas de Energia 12 meses (%)	20,27%	21,27%	-1,00 p.p	20,51%	-0,24 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	99,31%	99,55%	-0,24 p.p	99,69%	-0,38 p.p
MWh/Colaborador	2.212,57	2.119,23	4,4%	2.016,99	9,7%
MWh/Consumidor	1,03	1,03	-	0,92	12,0%

(1) Variação entre 1T11 e 4T10

A Ampla encerrou o 1T11 com DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) de 20,39 horas - acumulado 12 meses, índice 17,0% inferior ao 1T10 de 24,58 horas. O FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) alcançou o patamar de 10,78 vezes, também inferior (-25,9%) ao índice do 1T10 de 14,54 vezes.

Em relação ao último trimestre, houve melhoria de 14,4% no DEC (20,39 vs. 23,81) e de 15,4% no FEC (10,78 vs. 12,74), reflexo dos investimentos do Plano de Qualidade empenhado pela Companhia a partir do 2T10.

Disciplina de Mercado

As perdas fecharam o 1T11 em 20,27% (acumuladas 12 meses), frente aos 21,27% do 1T10, representando uma redução de 1,0p.p..

Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), a Companhia registrou no 1T11 o índice de 99,3%, redução de 0,2p.p. em relação ao 1T10 de 99,5%.

Produtividade

Os indicadores MWh/colaborador e MWh/consumidor refletem a produtividade da Companhia, em termos de geração de valor pela força de trabalho (colaboradores) e geração de valor por cliente.

A Ampla encerrou o 1T11 com o indicador de MWh/colaborador de 2.213*, índice 4,4% melhor que o registrado no 1T10, de 2.119*. O indicador de MWh/cliente alcançou o patamar de 1,03*, o mesmo obtido no 1T10.

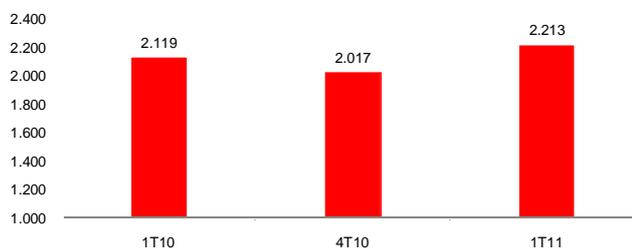
*Valores não auditados

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

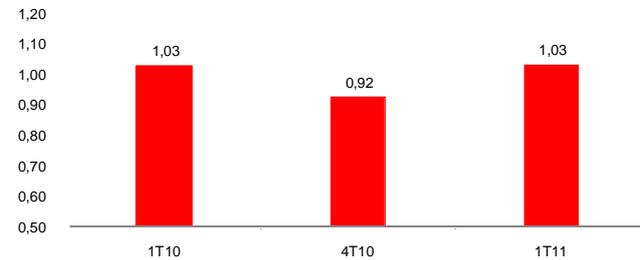
Earnings Release 1T11



Indicador de Produtividade - MWh/Colaborador*
Evolução 1T10, 4T10 e 1T11



Indicador de Produtividade - MWh/Consumidor*
Evolução 1T10, 4T10 e 1T11



Desempenho Econômico-Financeiro

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	1T11	1T10	Var. %
Receita Operacional Bruta	1.270.660	1.266.488	0,3%
Deduções à Receita Operacional	(449.495)	(443.196)	1,4%
Receita Operacional Líquida	821.165	823.292	-0,3%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(683.768)	(604.568)	13,1%
EBITDA(1)*	182.267	261.410	-30,3%
Margem EBITDA*	22,20%	31,75%	-9,55 p.p
Resultado Financeiro	(47.832)	(33.153)	44,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(30.502)	(63.303)	-51,8%
Lucro Líquido	59.063	122.268	-51,7%
Margem Líquida	7,19%	14,85%	-7,66 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)	0,02	0,03	-33,3%

(1) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Ampla alcançou, no 1T11, R\$ 1.271 milhões, um incremento de 0,3% em relação ao mesmo trimestre de 2010, de R\$ 1.266 milhões (+R\$ 4 milhões). Esse crescimento é, basicamente, o efeito líquido dos seguintes fatores:

- Redução de 6,0% (R\$ 1.085 milhões versus R\$ 1.154 milhões) na receita por fornecimento de energia (-R\$ 69 milhões) em função do reajuste tarifário negativo de -4,7%, em média, que passou a vigorar em 15 de março de 2010.
- Evolução de 53,9% (R\$ 69 milhões versus R\$ 45 milhões) na receita de disponibilidade da rede elétrica (+R\$ 24 milhões): A evolução observada é explicada pelo aumento da venda de energia no mercado spot.
- Incremento de 118,6% (R\$ 103 milhões versus R\$ 47 milhões) na receita operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 (+R\$ 56 milhões):
A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na receita operacional bruta no 1T11 foi de R\$ 103 milhões, (cuja contrapartida se encontra nas despesas operacionais, no mesmo valor, não gerando nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), um incremento de R\$ 56 milhões quando comparado com o 1T10 (R\$ 47 milhões).

Deduções da Receita

*Valores não auditados

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Divulgação de Resultados

Earnings Release 1T11



As deduções da receita cresceram 1,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, alcançando -R\$ 449 milhões no 1T11, contra -R\$ 443 milhões no 1T10 (-R\$ 6 milhões).

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais alcançaram -R\$ 684 milhões no 1T11, um incremento de 13,1% (-R\$ 79 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior que foi de -R\$ 605 milhões.

- Incremento de 8,5% (-R\$ 337 milhões versus -R\$ 311 milhões) nos custos da energia elétrica comprada para revenda (-R\$ 26 milhões).
- Incremento de 118,6% (-R\$ 103 milhões versus -R\$ 47 milhões) na despesa operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12) (-R\$ 56 milhões):
A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na despesa operacional no 1T11 foi de -R\$ 103 milhões, (cuja contrapartida se encontra na receita operacional bruta, no mesmo valor, não gerando nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), um incremento de R\$ 56 milhões quando comparado com o 1T10 (-R\$ 47 milhões).

EBITDA*

Com base nos variações acima expostas, o EBITDA da Ampla no 1T11, atingiu o montante de R\$ 182 milhões*, o que representa um decréscimo de 30,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 261 milhões* (-R\$ 79 milhões). A margem EBITDA da Companhia no 1T11 foi de 22,2%*, o que representa uma redução de 9,55 p.p. em relação ao 1T10, de 31,8%*. Esta variação negativa é consequência, principalmente, do reajuste tarifário negativo e do incremento nos custos de energia elétrica comprada para revenda, citados anteriormente.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Ampla, no 1T11, ficou em -R\$ 48 milhões, uma redução de -R\$ 15 milhões em relação ao 1T10, de -R\$ 33 milhões.

IR/CSLL

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 1T11 registraram -R\$ 31 milhões, uma redução de 51,8% em relação ao 1T10, de -R\$ 63 milhões (+R\$ 33 milhões).

Lucro Líquido

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla registrou no 1T11 um lucro líquido de R\$ 59 milhões, valor 51,7% inferior ao registrado no 1T10, que foi de R\$ 122 milhões (-R\$ 63 milhões), em função dos pontos ressaltados anteriormente por linha de resultado.

Desta forma, a Margem Líquida no 1T11 alcançou 7,2%, valor inferior em 7,7 p.p. à registrada no 1T10, de 14,9%.

Endividamento

A dívida financeira bruta da Ampla encerrou o 1T11 em R\$ 1.287,4 milhões, uma redução de 17,2% em relação ao ano de 2009, que foi de R\$ 1.509 milhões (-R\$ 259 milhões), reflexo das amortizações ocorridas no período.

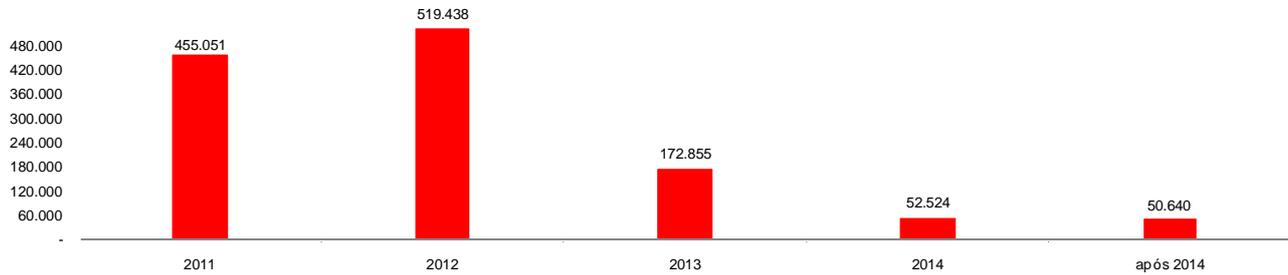
A Ampla encerrou o 1T11 com o custo médio da dívida em 11,49% a.a., ou CDI + 1,12% a.a..

*Valores não auditados

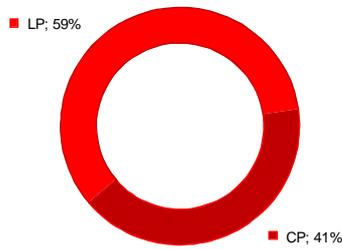
Divulgação de Resultados
Earnings Release 1T11



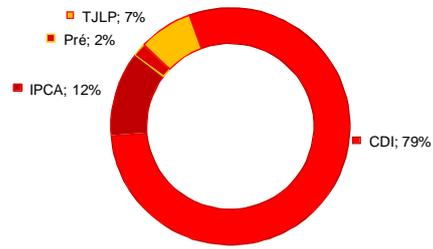
Curva de Amortização (R\$ Mil)
Posição Final no 1T11



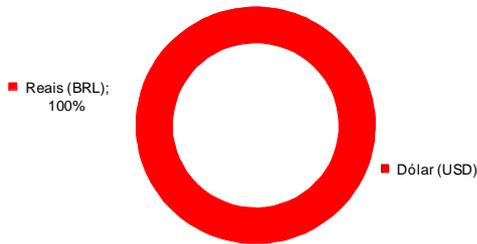
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final no 1T11



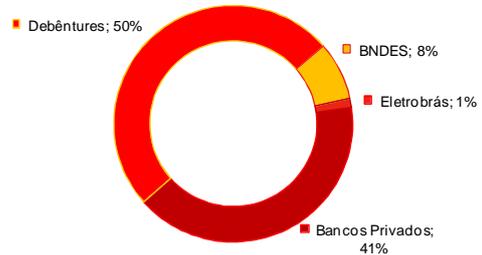
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final no 1T11



Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final no 1T11



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final no 1T11



Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T11	1T10	Var. %	4T10	Var. %(1)
Investimentos por Demanda	50.770	30.711	65,3%	29.195	73,9%
Novas Conexões	49.017	30.559	60,4%	25.644	91,1%
Atendimento à Demanda	1.753	151	-	3.550	-50,6%
Qualidade do Sistema Elétrico	24.404	9.246	163,9%	30.192	-19,2%
Programa Luz para Todos (PLPT)	1.124	(0)	-	5.302	-78,8%
Combate às Perdas	24.093	29.396	-18,0%	62.864	-61,7%
Outros	3.453	1.490	131,7%	17.870	-80,7%
Total Investido	103.844	70.842	46,6%	145.422	-28,6%
Aportes / Subsídios	(986)	(201)	-	(962)	2,5%
Investimento Líquido	102.858	70.641	45,6%	144.461	-28,8%

(1) Variação entre 4T10 e 3T10

*Valores não auditados

Divulgação de Resultados
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Earnings Release 1T11



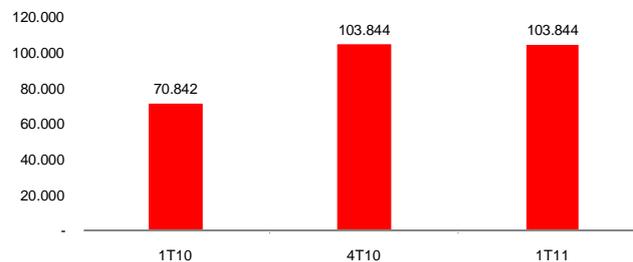
Portfólio de Investimentos (R\$ mil e %)

Dados 1T11



Investimentos Totais (R\$ Mil)*

Evolução 1T10 - 4T10 - 1T11



Os investimentos realizados pela Ampla no 1T11 alcançaram R\$ 104 milhões*, um incremento de 46,6% (+R\$ 33 milhões) em relação ao 1T10, cujo montante foi de R\$ 71 milhões*. Esta evolução está concentrada, basicamente, nos investimentos em novas conexões (+R\$ 18 milhões) e em qualidade do sistema elétrico (+R\$ 15 milhões) entre 1T11 e 1T10.

O maior volume, no 1T11, foi direcionado à novas conexões, que representou 48,9% (R\$ 49 milhões) de todo o valor investido no período mencionado.

Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Ampla atingiram R\$ 103 milhões*, montante 45,6% (+R\$ 32 milhões) superior ao realizado no 1T10 (R\$ 71 milhões).

*Valores não auditados

Notas Explicativas

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na bolsa de valores de São Paulo (BOVESPA), concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para abril de 2026.

A autorização para conclusão da preparação destas Informações Trimestrais (“ITR”) ocorreu em reunião de diretoria realizada em 16 de maio de 2011.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Na elaboração das informações trimestrais foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas na imprensa oficial em 20 de abril de 2011 e com os princípios e práticas contábeis emitidos pelo CPC e regulamentados pela CVM, que dispõem sobre a aplicação da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 na elaboração das informações intermediárias.

2.2 Base de elaboração

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.3 Informações por segmento

O pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por segmento, correspondente ao IFRS 8- - *Operating segments*, requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões (*"chief operating decision maker"*), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - distribuição de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento".

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

2.4.1 Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

2.4.2 Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

técnicos CPC 17 – Contratos de construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.4.3 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.5 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Quando reconhecidos, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

2.5.1 Ativo financeiro

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual, ou um contrato que seja ou possa vir a ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial); ativos financeiros mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que é determinada no seu reconhecimento inicial. Todas as

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de consumidores concessionários permissionários, concessão de serviço público (ativo indenizável) e cauções. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.
- d) Ativos financeiros disponíveis para venda
- Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.
 - Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.
- e) Provisão para redução ao provável valor recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada data de balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.5.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com insignificante risco de variação no seu valor. Estão registrados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos auferidos até a data do balanço, ajustado ao valor justo do instrumento financeiro. Os juros e atualização monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação do valor justo são reconhecidos no resultado quando incorrido.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

2.5.1.2 Consumidores, concessionários e permissionários

As contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários referem-se aos créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência e são demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo, e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

2.5.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

2.5.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

2.5.2.1 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

2.5.2.2 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

2.5.2.3 Baixa de passivos financeiros

A Companhia registra a baixa dos passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua carteira de investimentos de fundos exclusivos utilizando contratos futuros de taxa de juros. A nota explicativa nº 31 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo, sendo os ganhos ou perdas reconhecidos no resultado imediatamente.

2.6 Ativo indenizável (concessão)

Refere-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que no entendimento da Companhia assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente (ANEEL). Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infra-estrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Estes ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a Companhia utiliza a premissa de que o valor da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes dessa infraestrutura (ativo físico).

A remuneração desse ativo financeiro é baseada no WACC regulatório homologado pela ANEEL no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos, cujo montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente. Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro deve ser ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados à atualização e movimentação dos bens integrantes da infraestrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Por não existir um mercado ativo para a negociação desse ativo financeiro, a Companhia mensura o seu valor justo utilizando os mesmos componentes que da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela Aneel (WACC Regulatório). Esses componentes atualizados na data do balanço determinam a nova taxa de juros utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa fixos estabelecidos na última revisão tarifária e previstos até a próxima revisão em 2012.

Devido à natureza deste ativo financeiro, a Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

2.7 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8 Ativo intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM n°s 553 de 12 de novembro de 2008, 611 de 22 de dezembro de 2009 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos intangível, o ICPC 01 – Contratos de concessão e o OCPC05 – Contratos de concessão.

O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

2.9 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

2.10.1 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada mais provável que não. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.

2.11 Tributação

2.11.1 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

2.11.2 Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultados preparados pela Administração da Companhia.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada anualmente e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por Lei.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

2.12 Taxas regulamentares

Por atuar em um setor regulado, a Companhia está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares aplicáveis à Companhia são as seguintes:

2.12.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação do ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.

2.12.2 Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

2.12.3 Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

2.12.4 Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

2.12.5 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.12.6 Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

2.13 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.14 Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuída a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.15 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na interpretação técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

2.16 Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia possui plano de benefício a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 33 – Benefícios a empregados. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos em outros resultados

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 25.

2.17 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

Benefícios de aposentadoria

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota 25.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e contas correntes bancárias	25.533	17.779
Aplicações financeiras	<u>2.286</u>	<u>19.789</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>27.819</u></u>	<u><u>37.568</u></u>

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Tipo de Aplicação	31/03/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos exclusivos (c)	332	14.196
Outras aplicações financeiras		
CDB - Certificado de Depósito Bancário (b)	757	1.096
Fundo de Investimento (a)	1.197	4.497
Subtotal de outras aplicações financeiras	1.954	5.593
Total de aplicações financeiras	2.286	19.789

Os saldos de aplicações financeiras alocadas como caixa e equivalentes de caixa possuem liquidez imediata e estão classificados como disponível para negociação, portanto, valorizados a mercado em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010:

- (a) Fundo de investimentos multipatrocinados de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, que busca retorno por meio de investimentos em títulos públicos e/ou títulos privados de modo conservador.
- (b) Certificado de depósito bancário ou operação compromissada com liquidez diária;
- (c) Aplicações em títulos de certificado de depósito bancário e operações compromissadas com liquidez diária garantida.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/03/2011	31/12/2010
Fundos exclusivos		
Títulos Públicos	443	20.558
Operações Compromissadas	175	3.581
Outros	38	1.475
Total de outros ativos financeiros	656	25.614

A composição total da carteira de fundos em 31 de março de 2011 está apresentada abaixo:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Classificados como Equivalentes de Caixa		
Fundos de investimentos exclusivos	332	14.196
CDB - Certificado de Depósito Bancário	757	1.096
Quotas de Fundo de Investimento	<u>1.197</u>	<u>4.497</u>
Total Classificado como Equivalentes de Caixa	2.286	19.789
Classificados como Aplicações Financeiras		
Títulos Públicos	443	20.558
Operações Compromissadas	175	3.581
Outros	<u>38</u>	<u>1.475</u>
Total Classificado como Aplicações Financeiras	656	25.614
Total de Aplicações Financeiras	<u><u>2.942</u></u>	<u><u>45.403</u></u>

Os fundos exclusivos possuem em sua carteira de aplicações operações com contratos futuros de DI pós-fixados com garantia da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). Essas operações foram utilizadas exclusivamente na gestão de recursos de renda fixa, com o objetivo de realizar operações de proteção dos títulos detidos à vista, efetuar operações de posicionamento em taxas de juros e troca de indexadores dos títulos detidos à vista. Os valores relativos à essas operações não são materiais, havendo posição contabilizada em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 no montante aproximado de R\$1, em ambas as datas.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2011	31/12/2010
I) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante					
Classe de consumidores:					
Residencial	79.895	70.455	53.743	204.093	193.766
Industrial	44.401	5.651	11.304	61.356	39.221
Comercial	41.651	18.702	23.672	84.025	54.050
Rural	11.772	1.827	8.773	22.372	15.022
Poder público Iluminação Pública	38.760	16.738	97.579	153.077	137.260
Serviço público	4.194	200	2.143	6.537	3.229
Revenda	5.195	46	-	5.241	4.314
Subtotal	<u>225.868</u>	<u>113.619</u>	<u>197.214</u>	<u>536.701</u>	<u>446.862</u>
Receita não faturada (b)	111.418	-	-	111.418	164.272
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136	14.040
Outros créditos	47.756	-	-	47.756	11.648
Total circulante	<u>385.042</u>	<u>113.619</u>	<u>201.350</u>	<u>700.011</u>	<u>636.822</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(178.751)	(169.057)
Total líquido de consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante	<u>385.042</u>	<u>113.619</u>	<u>201.350</u>	<u>521.260</u>	<u>467.765</u>
II) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo não circulante					
Parcelamento de débitos (a)	80.952	-	-	80.952	74.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(53.940)	(53.164)
Total não circulante	<u>80.952</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.012</u>	<u>20.842</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Saldos em 31 de dezembro de 2010	(222.221)
(Adições) reversão	(12.785)
Baixas	2.315
Saldos em 31 de março de 2011	<u>(232.691)</u>

(a) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre a Companhia e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso.

(b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

7. CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Com o advento da Lei 12.212/2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº. 407/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

O saldo a receber em 31 de março de 2011 é de R\$ 21.440, relativo às parcelas dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2011 (R\$ 14.234 em 31 de dezembro de 2010).

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/03/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.883	-	4.505	-
ICMS a compensar	47.062	46.729	47.775	55.334
Pis e Cofins a compensar	5.901	25.089	5.021	24.903
Outros tributos a compensar	2.923	-	4.713	-
Total de tributos a compensar	<u>62.769</u>	<u>71.818</u>	<u>62.014</u>	<u>80.237</u>

O montante de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, IRRF/CSLL retidas na fonte por órgãos públicos e de pagamentos de IRPJ e CSLL por estimativa mensal.

O crédito de ICMS, registrado em ativo circulante e em ativo não circulante, no valor de R\$ 93.791 em 31 de março de 2011 (R\$ 103.109 em 31 de dezembro 2010) refere-se, basicamente, à Lei Complementar nº 102/00, que determina que o crédito do ICMS, quando se referir à aquisição de bens para o Ativo Fixo (conforme definido pela legislação fiscal) seja compensado em 48 meses.

Os valores classificados na linha de Pis e Cofins a compensar se referem ao PIS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar n.º 07/70. Adicionalmente, a Companhia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos.

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS

As aplicações em garantia correspondem a valores vinculados aos contratos de compra de energia elétrica, contratos de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e retenção contratual de fornecedores. Os valores em garantias são aplicados em Fundos de Investimento em renda fixa e Certificados de Depósito Bancário (CDB), negociados com bancos de primeira linha, com remuneração associada ao desempenho do CDI.

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, o saldo de caixa em garantia estava disposto da seguinte forma:

Instituição	Tipo de Aplicação	Taxa	31/03/2011		31/12/2010	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bradesco Premium	Fundo de Investimento	11,31%	-	19.598	-	19.088
Itaú-Unibanco Top DI	Fundo de Investimento	3,62%	26.869	-	23.098	-
Bradesco	CDB	11,06%	-	3.759	-	3.664
Itaú	CDB	11,10%	-	13.602	-	13.254
Total			<u>26.869</u>	<u>36.959</u>	<u>23.098</u>	<u>36.006</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

10. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS (ENERGIA LIVRE)

	31/03/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos				
Encargo Emergencial	3.166	-	3.181	-
Total de Ativos Regulatórios	<u>3.166</u>	<u>-</u>	<u>3.181</u>	<u>-</u>
Passivos				
Energia Livre	13.652	7.024	4.798	15.877
Encargo Emergencial	873	-	873	-
Total de Passivos Regulatórios	<u>14.525</u>	<u>7.024</u>	<u>5.671</u>	<u>15.877</u>

Energia livre

O montante relacionado à energia livre (energia elétrica gerada e não-vinculada a contratos iniciais ou equivalentes) apurado de junho de 2001 a fevereiro de 2002 foi recuperado dos consumidores integralmente em 2009 e será repassado como ressarcimento aos geradores conforme critérios ainda a serem definidos pelo órgão regulador.

Encargo emergencial

O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A Companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

11. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	31/03/2011	31/12/2010
Seguros	510	604
Proinfa	3.275	-
Total de despesas antecipadas	<u>3.785</u>	<u>604</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

12. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Gastos a reembolsar - consumidores	3.555	3.688
Alienações em curso	2.726	3.268
Sindicato	5.658	5.658
Serviço em curso (a)	64.261	42.172
Consumidores - serviços prestados (b)	43.643	41.868
Gastos a reembolsar - iluminação pública	2.796	2.793
Convênio de arrecadação (c)	7.743	20.752
Adiantamentos a empregados	1.471	445
Assistência médica aposentados	7.683	4.170
Adiantamentos a fornecedores	6.455	6.722
Outros	1.140	292
Provisão para perda na realização de outros créditos	<u>(28.471)</u>	<u>(28.471)</u>
Total	<u><u>118.660</u></u>	<u><u>103.357</u></u>

- a) Serviços em curso: são registrados os custos (pessoal, material e serviços) com a realização de projetos de pesquisa e eficiência energética. O incremento ocorreu devido ao aumento nos investimentos em eficiência energética e P&D pela necessidade de cumprir com os prazos determinados pela ANEEL.
- b) Consumidores – serviços prestados: destina-se ao registro de créditos contra terceiros pela prestação de serviços, por créditos provenientes da alienação de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento, parcelados ou não, incluindo novação de dívidas a receber.
- c) Convênio de arrecadação: representa o direito da Companhia de receber valores arrecadados por entidades conveniadas.

13. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS (DEPÓSITOS JUDICIAIS)

O saldo dos depósitos vinculados a litígios está segregado da seguinte forma:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Trabalhistas	70.580	67.100
Cíveis	52.487	51.737
Fiscais	24.631	24.613
Total	<u><u>147.698</u></u>	<u><u>143.450</u></u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

14. ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

Os Contratos de Concessão de Distribuição nº 05/96 - ANEEL, de 9 de dezembro de 1996 celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a AMPLA Energia e Serviços S.A. (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- d) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de concessão e orientação OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	416.918
Transferências para o Ativo Intangível	(11.302)
Baixas	(232)
Receita financeira	6.452
Saldo em 31 de março de 2011	<u>411.836</u>

15. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia reconheceu o correspondente imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Prejuízo fiscal	-	2.568	-	923	-	3.491
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	111.252	111.579	40.051	40.169	151.303	151.748
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	63.452	62.673	22.843	22.562	86.295	85.235
Provisão para perdas de estoque	77	49	28	18	105	67
Provisão Enertrade	23.719	21.882	8.539	7.877	32.258	29.759
Outras provisões	11.127	7.990	4.006	2.876	15.133	10.866
Ativo indenizável (concessão)	(4.018)	3	1	1	(4.017)	4
Desreconhecimento de ativo regulatório	-	-	-	-	-	-
Benefício pós emprego	91.773	91.675	33.038	33.004	124.811	124.679
Total	<u>297.382</u>	<u>298.419</u>	<u>108.506</u>	<u>107.430</u>	<u>405.888</u>	<u>405.849</u>

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	405.849	23.547
Adições resultado do exercício	39	1.872
Adições resultado abrangente		
Saldo em 31 de março de 2011	<u>405.888</u>	<u>25.419</u>

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

<u>Ano de realização</u>	<u>Montante a realizar</u>
2011	55.231
2012	54.695
2013	35.723
2014	35.396
2015 a 2017	109.589
2018 a 2020	115.254
Total	405.888

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

16. INTANGÍVEL

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	<u>Vida útil</u>	<u>31/03/2011</u>			<u>31/12/2010</u>	
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Obrigações Especiais</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Valor Líquido</u>
Em Serviço	19,76					
Direito de uso da concessão		3.741.163	(1.323.487)	(303.622)	2.114.054	2.180.990
Software		82.801	(54.242)	-	28.559	21.975
Em Curso						
Direito de uso da concessão		303.530	-	(5.157)	298.373	214.068
Software		14.210	-	-	14.210	14.303
Total		4.141.704	(1.377.729)	(308.779)	2.455.196	2.431.336

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	<u>Em Serviço</u>				<u>Em Curso</u>			<u>Total</u>
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Obrigações especiais</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Obrigações especiais</u>	<u>Valor líquido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.888.936	(1.406.965)	(279.008)	2.202.963	232.544	(4.171)	228.373	2.431.336
Adições	-	-	-	-	111.187	(54.668)	56.519	56.519
Reclassificações	(75.072)	75.072	-	-	-	-	-	-
Baixas	(1.488)	1.213	-	(275)	-	-	-	(275)
Amortização	-	(47.049)	3.363	(43.686)	-	-	-	(43.686)
Transferências	25.991	-	(53.682)	(27.691)	(25.991)	53.682	27.691	-
Transferências do ativo indenizável	(14.403)	-	25.705	11.302	-	-	-	11.302
Saldo em 31 de março de 2011	3.823.964	(1.377.729)	(303.622)	2.142.613	317.740	(5.157)	312.583	2.455.196

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, estipulada em média em 19,76 anos, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável – concessão (Vide nota explicativa nº 14).

(a) Obrigações especiais vinculadas à concessão

As obrigações especiais vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício n.º 1.314/2007-SFF/ANEEL de 27 de junho de 2007 que determina que tal registro seja iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, a amortização começou a ser registrada em abril de 2009, haja vista que a referida revisão foi realizada em março de 2009.

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas desde o 2º ciclo às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, com base em uma taxa média de 4,43%.

Programa de universalização

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe acerca de diversos temas importantes para o setor de energia elétrica, tais como a criação do PROINFA, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e discorre, ainda, sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223, que estabelece as condições gerais para elaboração do plano de universalização de energia elétrica e que foi alterada pela Resolução normativa 368/2009, acrescentando o Art. 18-B que trata das condições de antecipação de obras com recursos aportados pelo consumidor, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha o ano de 2013 como limite para que atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

17. FORNECEDORES

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Suprimento de energia elétrica		
Furnas Centrais Elétricas	21.466	20.218
Itaipú (Eletrobrás)	21.298	21.451
Encargo de Uso da Rede	17.079	16.953
Contrato de Uso do Sistema de Distribuição-LIGHT	15.170	15.665
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado-CEAR	52.389	52.284
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-SPOT	8.276	774
Outros	15.245	19.498
Materiais e Serviços	113.787	127.726
Total	<u>264.710</u>	<u>274.569</u>

A variação em fornecedores de materiais e serviços deve-se a maior despesa de serviços de terceiros e retenção contratual.

A variação em Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – SPOT deve-se a maior realização de compras nesse ano superiores as vendas.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

	Taxa média anual de Encargos	Encargos de dívida		Principal			
		Circulante		Circulante		Não circulante	
		31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
BNDES (Finame) (a)	4,50%	16	17	2.214	2.215	5.759	6.313
BNDES (Finem) (b)	TJLP + 6,00%	62	124	12.242	24.485	-	-
BNDES (Capex) (c)	TJLP + 5,20%	384	460	64.896	64.896	16.224	32.448
Eletrobrás (d)	6,00%	3	3	1.985	1.795	14.211	14.738
Bradesco S.A. (e)	CDI + 1,15%	382	66	5.340	5.340	5.340	5.340
Bradesco S.A. (f)	CDI + 1,05%	1.924	5.174	40.000	40.000	40.000	60.000
Conta Garantida Bradesco (g)	CDI + 2,28%	8	-	-	-	-	-
Conta Garantida Santander (h)	CDI + 1,20%	2	-	18.684	-	-	-
Banco Alfa S.A. (i)	CDI + 0,95%	1.435	3.233	10.000	10.000	45.000	50.000
Banco Alfa S.A. (j)	CDI + 0,49%	1.609	-	70.000	-	-	-
União dos Bancos Brasileiros S.A. (k)	CDI + 1,15%	490	172	5.320	5.320	5.320	5.320
HSBC Bank Brasil S.A (l)	CDI + 0,95%	1.137	264	15.000	15.000	15.000	15.000
HSBC Bank Brasil S.A (m)	CDI + 0,85%	4.509	1.047	60.000	60.000	60.000	60.000
Banco do Brasil S.A (n)	CDI + 0,97%	3.930	1.016	-	-	100.000	100.000
Banco Itaú S.A (o)	CDI + 1,13%	409	18	6.675	6.674	6.675	6.675
Total		<u>16.300</u>	<u>11.594</u>	<u>312.356</u>	<u>235.725</u>	<u>313.529</u>	<u>355.834</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

- a. BNDES Finame: Financiamento para aquisição de equipamentos nacionais, contratado a partir de 20 de agosto de 2009, junto ao banco Safra, com repasse de recursos do BNDES e taxa de juros fixas de 4,50% a.a.. A amortização mensal iniciou-se dia 15 de abril de 2010 e o último pagamento está previsto para 15 de dezembro de 2014. As operações têm garantia de fiança bancária (R\$ 268). O saldo em 31 de março de 2011 era de R\$ 7.989 (R\$ 8.545 em 31 de dezembro de 2010).
- b. BNDES Finem - Rede Ampla: Financiamento para ampliação da rede de distribuição no período de 2005/2007 da Companhia, contratado em 18 de agosto de 2005, no montante de R\$ 165.000, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES e taxa de juros de 6,00% a.a., mais TJLP. A Companhia captou 100% do valor do contrato. A amortização mensal iniciou-se dia 15 de janeiro de 2008 e o último pagamento está previsto para o dia 15 de junho de 2011. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis tarifários (em março de 2011, R\$ 3.109) e conta-reserva (em março de 2011, R\$ 12.476). O saldo em 31 de março de 2011 era de R\$ 12.304 (R\$ 24.609 em 31 de dezembro de 2010).
- c. BNDES Capex: Financiamento para o plano de investimento 2006/2008 da Companhia, contratado em 03 de novembro de 2006, no montante de R\$ 301.425, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES e taxa de juros de 5,20% a.a., mais TJLP. A Companhia sacou 73% do valor do contrato. A amortização mensal iniciou-se dia 15 de janeiro de 2009 e o último pagamento está previsto para 15 de junho de 2012. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis tarifários (em março de 2011, R\$ 7.350) e conta-reserva (em março de 2011, R\$ 18.245). O saldo em 31 de março de 2011 era 81.504 (R\$ 97.804 em 31 de dezembro de 2010).
- d. Eletrobrás – Luz para todos - Empréstimos contratados a partir de 01 de junho de 2004 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos no montante de R\$ 58.446, originários de R\$ 11.945 da CDE (subvenção) e R\$ 46.502 da RGR (empréstimo). A 1ª liberação ocorreu em 16 de setembro de 2004, e até 30 de junho de 2010, a Companhia recebeu R\$ 25.721, sendo R\$ 5.158 provenientes da CDE (subvenção) e R\$ 20.563 provenientes da RGR (empréstimo). A amortização mensal iniciou-se dia 30 de outubro de 2006 e o último pagamento está previsto para 30 de maio de 2021. Os juros são de 5% a.a. mais taxa de administração de 1% a.a., com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis (em março de 2011, R\$ 209) e notas promissórias no valor total do empréstimo. Em 31 de março de 2011 o saldo devedor era de R\$ 16.199 (R\$ 16.536 em 31 de dezembro de 2010).
- e. Bradesco S.A. – A Companhia contratou em 28 de dezembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 13.500, com taxa de CDI mais 1,15% a.a., prazo de três anos de carência e dois anos e meio de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciou em 13 de dezembro de 2010 e o último pagamento está previsto para 03 de dezembro de 2012. A operação não tem garantias. O saldo em 31 de março de 2011 era de R\$ 11.062 (R\$ 10.746 em 31 de dezembro de 2010).
- f. Bradesco S.A. – A Companhia contratou em 01 de fevereiro de 2008, operação de capital de giro no valor de R\$ 100.000, com taxa de CDI mais 1,05% a.a., prazo de três anos de carência e dois anos e meio de amortizações semestrais constantes. A

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

amortização iniciou em 17 de janeiro de 2011 e o último pagamento está previsto para 07 de janeiro de 2013. A operação não tem garantias. O saldo em 31 de março de 2011 era de R\$ 81.924 (R\$ 105.174 em 31 de dezembro de 2010).

- g. Conta Garantida Bradesco – Em 31 de março de 2011, o montante de R\$ 8 representa os juros sobre a utilização da conta garantida do Bradesco.
- h. Conta Garantida Santander – Em 31 de março de 2011, a Companhia utilizou recursos de sua conta garantida para fins de capital de giro, no valor de R\$ 18.684 com taxa de CDI mais 1,20% a.a. O saldo devedor em 31 de março de 2011 era de R\$ 18.686.
- i. Banco Alfa S.A. – A Companhia contratou em 10 de janeiro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 70.000, com taxa de CDI mais 0,95% a.a., prazo de dois anos e meio de carência e três anos de amortizações semestrais. A amortização iniciou em 11 de janeiro de 2010 e o último pagamento está previsto para 30 de julho de 2012. A operação tem garantias em notas promissórias totalizando 120% do principal a amortizar (em março de 2011, R\$ 66.000). O saldo em 31 de março de 2011 era de R\$ 56.435 (R\$ 63.233 em 31 de dezembro de 2010).
- j. Banco Alfa S.A. – A Companhia contratou no primeiro trimestre de 2011 duas operações de capital de giro totalizando R\$ 70.000, com taxa de CDI mais 0,49% a.a. e amortização ao final do período contratado. O primeiro contrato teve início no dia 07 de janeiro de 2011, com um montante de R\$ 45.000 vencível no dia 07 de abril de 2011. O segundo iniciou no dia 31 de janeiro de 2011, com um montante de R\$ 25.000 vencível no dia 28 de abril de 2011. A operação não possui garantias. O saldo em 31 de março de 2011 era de R\$ 71.609.
- k. União dos Bancos Brasileiros S.A. – A Companhia contratou em 26 de novembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 13.300, com taxa de CDI mais 1,15% a.a., prazo de três anos de carência e dois anos e meio de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciará em 10 de novembro de 2010 e o último pagamento está previsto para 30 de outubro de 2012. A operação não tem garantias. O saldo em 31 de março de 2011 era de R\$ 11.130 (R\$ 10.812 em 31 de dezembro de 2010).
- l. HSBC Bank Brasil S.A. – A Companhia contratou em 03 de dezembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 30.000, com taxa de CDI mais 0,95% a.a., prazo de três anos e meio de carência e dois anos de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciará em 03 de junho de 2011 e o último pagamento está previsto para 03 de dezembro de 2012. A operação tem garantias em notas promissórias totalizando 130% do principal a amortizar (em março de 2011, R\$ 39.000). O saldo em 31 de março de 2011 era de R\$ 31.137 (R\$ 30.264 em 31 de dezembro de 2010).
- m. HSBC Bank Brasil S.A. – A Companhia contratou em 03 de dezembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 120.000, com taxa de CDI mais 0,85% a.a., prazo de três anos e meio de carência e dois anos de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciará em 03 de junho de 2011 e o último pagamento está previsto para 03 de dezembro de 2012. A operação tem garantias em notas promissórias totalizando 130% do principal a amortizar (em março de 2011, R\$ 156.000). O saldo em 31 de março de 2011 era de R\$ 124.509 (R\$ 121.047 em 31 de dezembro de 2010).

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

- n. Banco do Brasil S.A. – A Companhia contratou em 04 de dezembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 100.000, com taxa de CDI mais 0,97% a.a., prazo de seis anos de carência com amortização ao final. A amortização ocorrerá em 30 de outubro de 2013. A operação tem garantias em notas promissórias no valor total do contrato. O saldo em 31 de março de 2011 era de R\$ 103.930 (R\$ 101.016 em 31 de dezembro de 2010).
- o. Banco Itaú S.A. – A Companhia contratou em 28 de dezembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 13.350, com taxa de CDI mais 1,13% a.a., prazo de três anos de carência e dois anos e meio de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciou em 28 de dezembro de 2010 e o último pagamento está previsto para 28 de dezembro de 2012. A operação não tem garantias. O saldo em 31 de março de 2011 era de R\$ 13.759 (R\$ 13.367 em 31 de dezembro de 2010).

Do total de empréstimos e financiamentos, R\$ 110.007 (R\$ 138.949 em dezembro de 2010) estão garantidos por vínculos com a receita de energia elétrica (arrecadação).

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nas operações de capital de giro, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de março de 2011:

<u>Contratos</u>	<u>Obrigações especiais financeiras</u>	<u>Limite</u>
BNDES	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	0,60
Capital de giro	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
Capital de giro	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,00

Em 31 de março de 2011, a Companhia se encontrava atendendo as cláusulas restritivas descritas acima.

A curva de amortização de longo prazo dos empréstimos e financiamentos se apresenta da seguinte forma:

	<u>31/03/2011</u>
2012	176.803
2013	124.325
2014	3.994
2015	2.110
2016	1.981
Após 2016	<u>4.316</u>
Total	<u><u>313.529</u></u>

Segue a variação dos indexadores da dívida acumulados nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

<u>Indexador</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
IPCA	2,44%	2,06%
IGP-M	2,43%	2,77%
TJLP	1,47%	1,47%
CDI	2,64%	2,02%
SELIC	2,65%	2,03%
TR	0,25%	0,08%

Segue a mutação de empréstimos e financiamentos sem os efeitos dos custos de captação:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	247.319	355.834	603.153
Ingressos	70.000	-	70.000
Conta garantida	18.684	-	18.684
Encargos	17.357	-	17.357
Transferência de prazo	42.305	(42.305)	-
Amortizações de principal	(54.359)	-	(54.359)
pagamento de juros	(12.650)	-	(12.650)
Saldos em 31 de março de 2011	<u>328.656</u>	<u>313.529</u>	<u>642.185</u>

19. DEBÊNTURES

Segue a composição do passivo de debêntures em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010:

	<u>31/03/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
Principal atualizado	185.000	445.919	185.000	443.203
Juros incorridos	14.336	-	18.437	-
(-) Custo a amortizar	(549)	(1.050)	(658)	(1.183)
Total	<u>198.787</u>	<u>444.869</u>	<u>202.779</u>	<u>442.020</u>

Segue a mutação de debêntures no trimestre findo em 31 de março de 2011:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Passivo em 31 de dezembro de 2010	202.779	442.020	644.799
Encargos provisionados	16.954	-	16.954
Encargos pagos	(21.055)	-	(21.055)
Varição monetária	-	2.716	2.716
Custo de transação amortizado	109	133	242
Passivo em 31 de março de 2011	<u>198.787</u>	<u>444.869</u>	<u>643.656</u>

Características das emissões:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Série	4ª emissão série única	5ª emissão 1ª série	5ª emissão 2ª série
Forma e espécie	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografia)	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografia).	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografia).
Quantidade de títulos	37.000 debêntures simples	11.533 debêntures simples	13.467 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	01 de agosto de 2006	15 de dezembro de 2009	15 de dezembro de 2009
Vencimento final	01 de agosto de 2012	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2015
Remuneração	Taxa média DI + 0,85% a.a.	Taxa média DI + 1,1% a.a.	Taxa média IPCA + 8,30% a.a.
Taxa Efetiva 2010	10,68% a.a.	10,96% a.a.	14,70% a.a.
Pagamento dos juros	Semestral, a partir da data da emissão	Anual, a partir da data da emissão	Semestral, a partir da data da emissão
Amortização programada	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures	Parcela única na data do vencimento	Em 3 parcelas anuais (Dez/2013, 14 e 15)

4ª EMISSÃO

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Sociedade, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Sociedade está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Demonstrações Financeiras. Até 31 de março de 2011, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

5ª EMISSÃO

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. As debêntures são simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografia, em duas séries no montante total de R\$ 250.000.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras.

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Limite
4ª emissão	Dívida Financeira Líquida/ EBITDA (máximo)	2,90
4ª emissão	Dívida Líquida de CP/ EBITDA (máximo)	1,50
4ª emissão	EBITDA/ Despesas Financeira Líquida/ (mínimo)	2,30
5ª emissão	Dívida Financeira Líquida/ EBITDA (máximo)	2,70
5ª emissão	EBITDA/ Despesas Financeira Líquida/ (mínimo)	2,50

Em 31 de março de 2011, a Companhia se encontrava atendendo as cláusulas restritivas descritas acima.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

	2012	2013	2014	2015	Total
1ª série - 4ª emissão	185.000	-	-	-	185.000
1ª série - 5ª emissão	115.330	-	-	-	115.330
2ª série - 5ª emissão	-	48.530	48.530	48.529	145.589
(-) Custo de transação	(507)	(221)	(183)	(139)	(1.050)
Total a amortizar	299.823	48.309	48.347	48.390	444.869

20. TRIBUTOS A PAGAR

	31/03/2011	31/12/2010
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	2.392	13.469
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	18.426	14.984
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	21.643	24.382
Programa de integração social - PIS	4.575	4.993
Imposto sobre serviços - ISS	1.386	2.232
Outros	9.646	574
Total	58.068	60.634

21. TAXAS REGULAMENTARES

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	31/03/2011	31/12/2010
Conta de consumo de combustível – CCC	10.386	10.386
Recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	7.230	7.230
Reserva global de reversão – RGR e outros	3.214	3.295
Encargo de energia reserva - EER (a)	567	968
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	101	101
Encargos ex-isolados (b)	1.500	1.487
Total	22.998	23.467

(a) O encargo de energia de reserva (EER), criado pelo Decreto nº 6.353/2008 e regulamentado pela Resolução Normativa ANEEL nº 337/2008, destinado a cobrir os custos decorrentes da contratação de energia de reserva, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, a ser rateado entre os usuários de energia de reserva.

(b) A Lei nº 12.111, de 09/12/2009, alterou a Lei nº 9.991/2002, determinando que as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica recolham, mensalmente, ao Tesouro Nacional, até 31/12/2012, o adicional de 0,3% sobre sua Receita Operacional Líquida, para fins de ressarcimento aos Estados da região Norte que tiveram perda na arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

de energia elétrica, em virtude da interligação de seus respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional.

22. PARCELAMENTO ESPECIAL

Em 29 de agosto de 2003, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/Parcelamento Especial – PAES, também conhecido como REFIS II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos no montante original de R\$ 42.489 (sendo R\$ 18.433 de principal; R\$ 21.231 de atualização pela SELIC; R\$ 2.703 de multa; e R\$ 122 de honorários advocatícios), em 120 meses. Esses débitos são oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a Companhia no período de outubro de 1996 a julho de 2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Companhia quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável. O saldo remanescente dessa dívida em 31 de março de 2011 é de R\$ 17.144 (R\$ 18.578 em 31 de dezembro de 2010).

Em 29 de abril de 2010, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais, denominado REFERJ, instituído pela Lei Estadual nº 5.647/2010. Por meio desse programa a Companhia optou pelo parcelamento de débitos de ICMS que estavam vencidos até 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 2.974, sendo R\$ 2.605 de ICMS e R\$ 369 de Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECPS). A esses valores foi somado o montante de R\$ 179 a título de mora. Esse parcelamento terá o prazo de 60 meses, com início em junho de 2010 e término em maio de 2015. O saldo remanescente dessa dívida em 31 de março de 2011 é de R\$ 2.779 (R\$ 2.890 em 31 de dezembro de 2010).

A movimentação dos saldos do parcelamento especial está demonstrada a seguir:

	31/03/2011			31/12/2010		
	REFIS	REFERJ	Total	REFIS	REFERJ	Total
Saldo inicial	18.579	2.890	21.469	23.940	3.100	27.040
(-) Pagamentos	(3.082)	(652)	(3.734)	(6.194)	(318)	(6.512)
(+) Atualização	1.647	541	2.188	832	108	940
Saldo final	17.144	2.779	19.923	18.578	2.890	21.468
Circulante	6.366	667	7.033	6.305	683	6.988
Não circulante	10.778	2.112	12.890	12.273	2.207	14.480
Total do passivo	17.144	2.779	19.923	18.578	2.890	21.468

23. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes, montantes dos saldos, natureza das transações e efeitos nas informações trimestrais estão demonstrados a seguir:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	31/03/2011			
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)
ENERSIS AGENCIA (a)				
Diversos	279	-	1.923	(484)
ENERTRADE Comercializadora de Energia S.A. (c)				
Compra de energia	-	98.495	-	(10.520)
ENDESA BRASIL S.A. (d)				
Conta corrente	424	-	-	-
FUNDAÇÃO BRASILETROS (e)				
Fundo de Pensão	-	-	363.914	(6.536)
PRÁTIL (f)				
Repasso de arrecadação	-	1.137	-	-
Outras	-	161	-	-
Total de transações com partes relacionadas	<u>703</u>	<u>99.793</u>	<u>365.837</u>	<u>(17.540)</u>
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	(363.914)	-
Total	<u>703</u>	<u>99.793</u>	<u>1.923</u>	<u>(17.540)</u>

	31/12/2010					31/3/2010
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Receita (Despesa)
ENERSIS AGENCIA (a)						
Diversos	-	291	45	2.409	-	(63)
CAM - Companhia Americana de Multiserviços (b)						
Adiantamento e fornecedores a pagar	-	-	589	-	5.699	(1.454)
SYNAPSIS BRASIL S.A. (b)						
Adiantamento e fornecedores a pagar	9	-	2.560	-	5.806	(1.473)
ENERTRADE Comercializadora de Energia S.A. (c)						
Compra de energia	-	-	90.806	-	-	(9.897)
ENDESA BRASIL S.A. (d)						
Conta corrente	-	424	-	-	-	-
FUNDAÇÃO BRASILETROS (e)						
Fundo de Pensão	-	-	-	365.212	-	(4.388)
PRÁTIL (f)						
Repasso de arrecadação	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	18	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	<u>9</u>	<u>715</u>	<u>94.018</u>	<u>367.621</u>	<u>11.505</u>	<u>(17.275)</u>
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	-	(365.212)	-	-
Total	<u>9</u>	<u>715</u>	<u>94.018</u>	<u>2.409</u>	<u>11.505</u>	<u>(17.275)</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	31/12/2010					31/3/2010
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Receita (Despesa)
ENERSIS AGENCIA (a)						
Diversos	-	291	45	2.409	-	(63)
CAM - Companhia Americana de Multiserviços (b)						
Adiantamento e fornecedores a pagar	-	-	589	-	5.699	(1.454)
SYNAPSIS BRASIL S.A. (b)						
Adiantamento e fornecedores a pagar	9	-	2.560	-	5.806	(1.473)
ENERTRADE Comercializadora de Energia S.A. (c)						
Compra de energia	-	-	90.806	-	-	(9.897)
ENDESA BRASIL S.A. (d)						
Conta corrente	-	424	-	-	-	-
FUNDAÇÃO BRASILETROS (e)						
Fundo de Pensão	-	-	-	365.212	-	(4.388)
PRÁTIL (f)						
Repasso de arrecadação	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	18	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	<u>9</u>	<u>715</u>	<u>94.018</u>	<u>367.621</u>	<u>11.505</u>	<u>(17.275)</u>
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	-	(365.212)	-	-
Total	<u>9</u>	<u>715</u>	<u>94.018</u>	<u>2.409</u>	<u>11.505</u>	<u>(17.275)</u>

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Enersis Agência

A Companhia possui um contas a pagar com a empresa Enersis Agência no valor de R\$ 1.923 (R\$ 2.454 em 31 de dezembro de 2010), referente a compra de software.

(b) CAM Brasil Multiserviços Ltda. e Synapsis Brasil S.A.

As empresas CAM Brasil e Synapsis Brasil não fazem parte do grupo econômico dessa Companhia desde o dia 28/02/2011.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2010 soma R\$ 589 para a CAM Brasil e R\$ 2.560 para a Synapsis Brasil.

(c) Enertrade

As operações com a Enertrade – Comercializadora de Energia S.A referem-se à compra e venda de energia elétrica através do contrato 001/2002 vigente até 30/12/2022.

A Companhia encontrava-se em disputa arbitral com a Enertrade por conta do preço praticado pela compra de energia. O contrato inicial previa um preço de 97,42 R\$/MWh que subsequentemente foi reduzido e homologado pela ANEEL em 72,64 R\$/MWh. A Ampla estava pagando seu contrato de energia com base no valor homologado.

Em 19 de março de 2009, foi dada a decisão arbitral final, onde o tribunal decretou entre outras:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

- A extinção do contrato em 28 de agosto de 2006, anulando as obrigações contratuais posteriores que já foram objeto de liquidação;
- Pagamento das diferenças entre o preço da energia previsto no contrato e o valor homologado pela ANEEL com relação ao período compreendido entre o início do contrato até 28 de agosto de 2006, corrigido monetariamente e acrescido de juros de 1% ao mês.

Em razão da decisão arbitral, a Companhia ingressou em maio de 2009 com ação judicial para anular os efeitos da referida sentença arbitral e suspender a sua exigibilidade. Fez-se necessário então, provisionar o valor do laudo arbitral - R\$ 69.029, que atualizado até 31 de março de 2011 era de R\$ 94.877 (R\$ 87.525 em 31 de dezembro de 2010). Esse valor é atualizado mensalmente, conforme critérios de atualização do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (onde tramita atualmente a ação anulatória).

Ficará constituído o inadimplemento da Ampla quando esta deixar de liquidar qualquer dos pagamentos nas datas de seus vencimentos incidindo sobre o valor principal das parcelas em atraso, após atualizadas monetariamente os acréscimos de juros efetivos de 12% (doze por cento) ao ano calculados “*pro rata die*” e multa de 2% (dois por cento) do valor da fatura em mora.

As faturas em aberto por meio de contrato de compra de energia montam R\$ 3.618 em 31 de março de 2011 (R\$ 3.281 em 31 de dezembro de 2010).

(d) Endesa Brasil S.A.

O montante de R\$ 424 (R\$ 424 em 31 de dezembro de 2010) representa contas a receber da Companhia com sua controladora referente a pagamentos de diversos gastos administrativos.

(e) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A Companhia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social – BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável).

Como caução da operação, a Ampla oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária indicada pela Brasiletros.

O total de despesas no trimestre findo em 31 de março de 2011 foi R\$ 6.537 (R\$ 4.388 em 31 de março de 2010).

(f) EN Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil)

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

A Companhia mantém contrato com a Prátil para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia, efetuando o repasse após a arrecadação. O contrato é datado de 17 de Dezembro de 2009 e seu prazo de vigência é de 04 (quatro) anos contados a partir da data de sua aprovação pela ANEEL.

Em caso de inadimplemento pela Ampla, a Prátil poderá notificá-la para no prazo de 5 (cinco) dias úteis satisfazer plenamente a obrigação descumprida, sob pena de multa não compensatória no valor de 50% (cinquenta por cento) da média mensal de todo valor arrecadado pela Prátil em razão do contrato, sem prejuízo do pagamento de eventuais perdas e danos a que der causa a título de indenização suplementar.

Em 31 de março de 2011 o saldo do passivo é R\$ 421 (nulo em 31 de dezembro de 2010).

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o período findo em 31 de março de 2011 é de R\$ 1.072 (R\$ 1.471 em 31 de março de 2010).

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Benefícios de curto prazo	1.020	1.415
Benefícios pós-emprego	<u>52</u>	<u>56</u>
Total	1.072	1.471

24. PROGRAMAS DE P&D / EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovam os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça-de-série, lote pioneiro e inserção no mercado).

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

A seguir apresentamos a composição dos saldos desses passivos:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	31/03/2011	31/12/2010	
	Circulante	Circulante	Não Circulante
Programa de Eficiência Energética - PEE	24.747	56.793	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	27.143	19.580	6.721
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	832	461	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	188	231	-
Total	52.910	77.065	6.721

25. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Ampla, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os Planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de março de 2011, no montante de R\$ 363.914 (R\$ 365.312 em 31 de dezembro de 2010), corresponde a totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

A Companhia reconheceu contabilmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$118.221, apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA),

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

em conformidade com a Deliberação CVM n° 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes Ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,77% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

c) Plano de assistência médica dos aposentados (PAMA)

A Ampla tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

Despesa total reconhecida no resultado:

Despesas total reconhecida no resultado	31/03/2011				31/03/2010			
	Total	PCA	PACV	PAMA	Total	PCA	PACV	PAMA
Custo do serviço corrente	903	(8)	911	-	869	(18)	887	-
Custo dos juros	24.499	16.447	4.339	3.713	22.523	15.527	4.360	2.636
Retorno esperado dos ativos do plano	(18.865)	(12.602)	(6.263)	-	(19.004)	(13.042)	(5.962)	-
Total de despesas / (receitas)	6.537	3.837	(1.013)	3.713	4.388	2.467	(715)	2.636

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Principais premissas atuariais	Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	Plano de Assistência Médica
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total	10,50%	10,50%	10,50%
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano	12,09%	12,09%	N/A
Taxa do crescimento salarial	6,59%	N/A	N/A
Taxa de inflação esperada	4,5%	4,5%	4,5%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,5%	4,5%	N/A
Tábua geral de mortalidade (q_x)	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica
Tábua de mortalidade de inválidos (q_x^i)	q_x da AT-49 (+6)	q_x da AT-49	N/A

26. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões passivas com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões passivas em 31 de março de 2011:

	31/12/2010	31/03/2011			Saldo Acumulado
	Saldo Acumulado	Adições/ Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	
Trabalhistas (a)	184.482	(2.028)	1.800	(3.433)	180.821
Cíveis (b)	229.791	17.756	1.069	(15.101)	233.515
Fiscais (c)	32.045	(32)	672	(653)	32.032
Total	446.318	15.696	3.541	(19.187)	446.368

(a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações trabalhistas de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

Os principais riscos contabilizados referem-se aos seguintes temas:

- URP (Unidade de Reposição de Preço) – Referente a perdas salariais ocorridas à época do plano econômico do Governo Federal, no montante de R\$ 47.854 em março de 2011 (R\$ 47.083 em dezembro de 2010);
- Reintegração ao Emprego, R\$ 30.892 em março de 2011 (R\$ 30.394 em dezembro de 2010);
- Vínculo Empregatício, R\$ 7.477 em março de 2011 (R\$ 7.357 em dezembro de 2010);
- Horas Extras, R\$ 7.795 em março de 2011 (R\$ 5.290 em dezembro de 2010);
- Diferenças Salariais, no montante de R\$ 4.554 em 31 de março de 2011 (R\$ 3.362 em 31 de dezembro de 2010);
- Adicional de Periculosidade, R\$ 4.078 em março de 2011 (R\$ 4.012 em dezembro de 2010);
- Acidente de Trabalho, R\$ 2.746 em março de 2011 (R\$ 3.859 em dezembro de 2010);
- Diferença de FGTS, R\$ 4.593 em março de 2011 (R\$ 4.503 em dezembro de 2010);
- Reintegração Plano Médico, R\$ 4.395 em março de 2011 (R\$ 4.324 em dezembro de 2010);
- Enquadramento, R\$ 3.202 em março de 2011 (R\$ 3.151 em dezembro de 2010);
- Ticket Refeição, R\$ 2.412 em março de 2011 (R\$ 2.373 em dezembro de 2010);

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

- Plano de Desligamento Incentivado, R\$ 1.500 em março de 2011 (R\$ 1.476 em dezembro de 2010);
- Verbas Rescisórias, R\$ 1.074 em março de 2011 (R\$ 1.058 em dezembro de 2010);
- Danos Morais, R\$ 807 em março de 2011 (R\$ 792 em dezembro de 2010);
- Abono Salarial, R\$ 502 em março de 2011 (R\$ 514 em dezembro de 2010).

(b) Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, cujo montante contabilizado em 31 de março de 2011 era de R\$ 45.075 (R\$ 44.655 em 31 de dezembro de 2010), indenização por acidentes/morte com energia elétrica no montante de R\$ 22.849 em 31 de março de 2011 (R\$ 21.213 em 31 de dezembro de 2010), desapropriações no montante de R\$ 24.859 em 31 de março de 2011 (R\$ 27.179 em 31 de dezembro de 2010), ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais no montante de R\$ 17.097 em 31 de março de 2011 (R\$ 18.633 em 31 de dezembro de 2010).

O restante do valor constante na provisão em 31 de março de 2011 no valor de R\$ 121.041 (R\$ 118.111 em 31 de dezembro de 2010), subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumeirista.

Adicionalmente, existem processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível e nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

(c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais à que a Companhia está exposta são:

ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia ajuizou Ação Anulatória de débitos de ICMS decorrentes da não comprovação da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado no período de janeiro/1999 a janeiro/2001, no valor atualizado em 31 de março de 2011 de R\$ 6.109 (R\$ 5.987 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia obteve decisão desfavorável e aguarda conversão em renda dos valores depositados à Fazenda Estadual.

ICMS – Pagamento a menor

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado em 31 de março de 2011 de R\$ 8.129 (R\$ 7.610 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia apresentou defesa (Embargos à Execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Contingências passivas com risco possível

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

Causas possíveis	
Trabalhistas (a)	109.413
Cíveis (b)	317.496
Fiscais (c)	1.259.776
Pequenas causas	<u>175.586</u>
Total	<u>1.862.271</u>

As principais contingências possíveis são:

(a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, etc.

(b) Riscos cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

(c) Riscos fiscais

Imposto de renda retido na fonte – Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Sociedade auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte – IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Ampla em 1998. Em decisão de 2ª instância a Ampla obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a Companhia foi intimada da decisão e do Recurso Especial Apresentado pela Fazenda, o qual aguarda julgamento. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de êxito é possível, motivo pelo qual a Administração optou por não contabilizar provisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2011 é de R\$ 752.864 (R\$ 742.280 em 31 de dezembro de 2010).

COFINS - Auto de Infração período pós imunidade

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A Companhia impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

COFINS sobre receitas financeiras e improcedente quanto à observância da noventena. A Fazenda e a Companhia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24/08/2009 foi apresentado pela Companhia Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do Recurso Especial apresentado. Aguarda-se julgamento do Agravo da companhia e do Recurso Especial apresentado pela Fazenda Nacional. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2011, é de R\$ 166.858 (R\$ 164.826 em 31 de dezembro de 2010).

ICMS – Prazo de Recolhimento

Em 26 de setembro de 2005, a Companhia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Companhia apresentou recurso, o qual aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2011, é de R\$ 179.844 (R\$ 168.857 em 31 de dezembro de 2010).

ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia recebeu três Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro/1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999 e julho de 1997 a outubro de 1998, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. Para os três autos de infração a Companhia aguarda decisão de segunda instância administrativa. Os valores atualizados em 31 de março de 2011 representam respectivamente R\$ 10.121, R\$ 1.560 e R\$ 19.698 (R\$ 9.466, R\$ 1.460 e R\$ 18.418 em 31 de dezembro de 2010).

Adicionalmente, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de nov/98 a mar/99 lavrado sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 31 de março de 2011 de R\$ 14.025 (R\$ 13.132 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS – Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Companhia se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A Companhia aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2011 é de R\$ 14.185 (R\$ 13.266 em 31 de dezembro de 2010).

ICMS – Saída de bens para reparação

A Companhia ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 31 de março de 2011 de R\$ 10.355 e R\$ 11.213 (R\$ 9.694 e R\$ 10.494 em 31 de dezembro de 2010), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro/1998 a agosto/2000. A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial nos dois processos.

Taxa de uso de solo

A Companhia possui 7 processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 31 de março de 2011 de R\$ 62.694 (R\$ 61.888 em 31 de dezembro de 2010). No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a Companhia está discutindo as cobranças na esfera judicial em um Mandado de Segurança e em cinco Execuções Fiscais, todas aguardam decisão de 1ª instância judicial.

Imposto Sobre Serviços - ISS

Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a Companhia o auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de março de 2011 de R\$ 8.788 (R\$ 8.675 em 31 de dezembro de 2010), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A Companhia apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003.

Em 02 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a Companhia visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de março de 2011 de R\$ 1.321 (R\$ 1.289 em 31 de dezembro de 2010), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010 a Ampla apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Taxa de Empacramento

Em 01 de junho de 2009, Ampla ajuizou em face do Município de Niterói Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de Taxa de Empacramento e exigência de licença municipal prévia para que a AMPLA possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor atualizado em 31 de março de 2011 é de R\$ 6.250 (R\$ 5.500 em 31 de dezembro de 2010). Em maio de 2010 a Ampla apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Segue pendente de julgamento em segunda instância judicial.

Ativo Contingente

A companhia ajuizou ação ordinária arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a restituição no valor atualizado em 31 de março de 2011 de R\$ 102.790 (R\$ 101.535 em 31 de dezembro de 2010). A companhia obteve decisão favorável de primeira instância judicial e aguarda o julgamento do recurso apresentado pela União Federal.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social está composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

Quantidade de ações ordinárias	31/03/2011 (em unidades)	31/12/2010 (em unidades)
Ações ordinárias	3.922.515.918.446	3.922.515.918.446
Total	3.922.515.918.446	3.922.515.918.446

Sua composição acionária tem a seguinte distribuição em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Endesa Brasil S. A.	1.839.121.933.344	46,90
Chilectra Inversurd S.A.	824.607.526.461	21,02
Enersis S.A.	536.591.907.868	13,68
Chilectra S.A.	405.768.824.339	10,34
Electricidade de Portugal Intern SGPS S.A.	302.176.533.045	7,70
Outros	14.249.193.389	0,36
Total de ações em circulação	3.922.515.918.446	100,00

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Dividendos

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos mínimos da Companhia são de R\$22.969.

A proposta da administração da Companhia de destinação do lucro do exercício de 2010, aprovada na reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de março de 2011, era de distribuir dividendos no montante de R\$ 51.321, sendo R\$28.352 referente a dividendos adicionais. Na AGO realizada em 29 de abril de 2011, os acionistas, por maioria, aprovaram essa proposta.

28. RECEITA LÍQUIDA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	(Não auditado)		(Não auditado)			
	31/12/2011	31/03/2010	31/12/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Fornecimento faturado-						
Residencial	2.081.393	2.088.121	1.173.926	1.111.276	571.774	601.446
Industrial	4.834	4.794	339.015	320.124	111.098	127.055
Comércio, serviços e outras	145.321	143.315	539.577	514.097	297.464	257.925
Rural	61.149	60.023	58.464	61.268	15.483	18.248
Poder público	12.553	12.104	120.532	107.368	60.256	61.237
Iluminação pública	1.344	1.265	117.761	121.069	31.699	37.892
Serviços públicos	1.134	1.044	75.257	72.636	18.892	21.771
	<u>2.307.728</u>	<u>2.310.666</u>	<u>2.424.532</u>	<u>2.307.838</u>	<u>1.106.666</u>	<u>1.125.574</u>
Fornecimento não faturado					(52.854)	(4.513)
Consumidores, concessionários e permissionários					1.053.812	1.121.061
Suprimento de energia elétrica	5	5	93.794	82.612	9.117	7.496
Baixa renda					21.581	25.241
Disponibilidade da rede elétrica					69.042	44.869
Receita de construção					102.858	47.049
Outras receitas					14.250	20.772
Receita operacional bruta					<u>1.270.660</u>	<u>1.266.488</u>
(-) Deduções da receita						
ICMS					(299.787)	(300.795)
PIS					(12.952)	(13.982)
COFINS					(58.848)	(64.401)
ISS					(980)	(1.068)
Quota para reserva global de reversão					(14.028)	(12.578)
Subvenções CCC/CDE					(54.108)	(43.323)
P&D e eficiência energética					(6.580)	(7.049)
Encargo Ex-Isolados					(2.212)	-
Total de deduções de receita					<u>(449.495)</u>	<u>(443.196)</u>
Total	<u>2.307.733</u>	<u>2.310.671</u>	<u>2.518.326</u>	<u>2.390.450</u>	<u>821.165</u>	<u>823.292</u>

29. RESULTADO DO SERVIÇO

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Descrição	31/03/2011			31/03/2010	
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(16.681)	(3.140)	(12.415)	(32.236)	(31.979)
Material	(3.538)	(636)	(122)	(4.296)	(1.922)
Serviços de terceiros	(54.539)	(238)	(4.467)	(59.244)	(62.988)
Energia elétrica comprada para revenda	(336.988)	-	-	(336.988)	(310.716)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(47.961)	-	-	(47.961)	(36.848)
Encargos do serviços de sistema	(18.592)	-	-	(18.592)	(22.202)
Depreciação e amortização	(43.235)	-	(1.635)	(44.870)	(42.686)
PCLD clientes - líquidas	-	(12.784)	-	(12.784)	(18.267)
Provisão para riscos fiscais, civil e trabalhistas	-	-	(15.696)	(15.696)	(20.421)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(1.791)	-	-	(1.791)	(1.649)
Custo de construção	(102.858)	-	-	(102.858)	(47.049)
Outros custos operacionais	(2.631)	(3)	(3.818)	(6.452)	(7.842)
Total	(628.814)	(16.801)	(38.153)	(683.768)	(604.569)

A composição dos custos com energia elétrica é como segue:

	31/03/2011	31/03/2010
Energia elétrica comprada		
Itaipu Binacional	(47.698)	(56.850)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A	(10.520)	(9.896)
CCEE	(11.656)	(4.487)
CCEARs - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(182.490)	(168.283)
Light S.A.	(34.959)	(39.370)
Proinfa	(10.486)	(10.820)
Outros	(39.179)	(21.010)
Sub-total	(336.988)	(310.716)
Encargos de uso rede de transmissão		
Rede Básica	(38.756)	(24.732)
Encargos de Conexão	(4.900)	(8.750)
Outros Encargos	(4.305)	(3.366)
Sub-total	(47.961)	(36.848)
Total	(384.949)	(347.564)

A composição de outros custos e outras despesas operacionais é como segue:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

<u>Outros custos e despesas operacionais</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Aluguéis	(2.982)	(1.743)
Tributos	(1.094)	(443)
Despesas postais	(574)	(499)
Despesas gerais	(1.018)	(331)
Publicidade e propaganda	(68)	(137)
Indenizações a terceiros	(1.507)	(3.643)
Seguros	(418)	(318)
Estagiários	(522)	(364)
Doações, contribuições e subvenções	(744)	(307)
Perda na desativação de bens e direitos	2.639	-
Outros	(164)	(57)
Total	<u>(6.452)</u>	<u>(7.842)</u>

A composição do resultado financeiro é como segue:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	1.839	7.683
Multas e acréscimos moratórios	12.237	12.230
Transações com partes relacionadas	484	2
Variações monetárias diversas	671	589
Receita ativo indenizável	6.452	9.731
Outras receitas financeiras	450	2.942
Total	<u>22.133</u>	<u>33.177</u>
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(17.356)	(15.511)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(3.540)	(15.397)
Encargo de fundo de pensão	(5.633)	(4.809)
Multas e acréscimos moratórios	(1.619)	(1.095)
Transações com partes relacionadas	-	(65)
Variações monetárias	(153)	(116)
Juros debêntures	(19.670)	(22.113)
Custo de transação debêntures	(351)	(137)
Indenizações DIC / FIC	(11.541)	-
Juros Selic s/ P&D	(918)	(310)
IOF	(1.414)	(929)
Outras despesas financeiras	(7.770)	(5.848)
Total	<u>(69.965)</u>	<u>(66.330)</u>
Resultado financeiro	<u>(47.832)</u>	<u>(33.153)</u>

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	89.565	185.571
Alíquota nominal	34%	34%
	<u>30.452</u>	<u>63.094</u>
Depreciação Lei 8.200	53	(55)
Diferenças permanentes, líquidas	(3)	163
Outras	-	101
Despesas com imposto de renda e contribuição social	<u>30.502</u>	<u>63.303</u>
Correntes	28.669	36.255
Diferidos	1.833	27.048

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 66 municípios do estado do Rio de Janeiro. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

b) Risco de escassez de energia

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

c) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos “covenants” financeiros.

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados nas notas explicativas nº 18 e nº 19, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Dívida	1.285.841	1.247.952
Caixa e saldos de bancos (inclusive aplicação financeira)	<u>(39.475)</u>	<u>(63.182)</u>
Dívida líquida (a)	<u>1.246.366</u>	<u>1.184.770</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>1.639.528</u>	<u>1.583.469</u>
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	<u>0,43</u>	<u>0,43</u>

- (i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e nº 19.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia realizou ao longo do exercício operações de contratos futuros de juros. Essas operações foram utilizadas exclusivamente na gestão dos recursos da renda fixa, com objetivo realizar operações de proteção dos títulos detidos à vista, efetuar operações de posicionamento em taxas de juros e trocar de indexadores dos títulos detidos à vista. As estratégias nos mercados futuros são consideradas no conjunto de todos os ativos que fazem parte da carteira, ou seja, seus resultados individuais visam contribuir para a obtenção do resultado global da parcela de renda fixa, estabelecido na política de investimentos. Em 31 de março de 2011, os saldos marcados a mercado em aberto das operações de contratos futuros de DI eram de R\$ 127 (R\$ 2.774 em 31 de dezembro de 2010), os quais estão compondo a carteira dos referidos fundos exclusivos.

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Entretanto, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Para minimizar esse risco, a Companhia busca a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (Eletrobrás) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação no 1º trimestre de 2011 fossem iguais as esperadas para o ano de 2011, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&F:

31/03/2011	Aumento / Redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	0,31%	(759)	(759)
TJLP	0,00%	-	-
IPCA	-1,13%	62	62

f) Risco de Liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	Taxa média de juros efetiva	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Em 31 de março de 2011							
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	4,83%	426	908	4.290	17.709	7.405	30.738
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	10,99%	101.153	77.636	185.381	336.753	-	700.923
Debêntures	11,62%	-	7.089	239.402	515.401	-	761.892
		<u>101.579</u>	<u>85.633</u>	<u>429.073</u>	<u>869.863</u>	<u>7.405</u>	<u>1.493.553</u>
Em 31 de dezembro de 2010							
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	4,83%	432	842	4.210	18.459	8.070	32.013
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	10,99%	44.859	20.926	224.746	384.242	-	674.773
Debêntures	11,62%	21.011	-	234.525	523.736	-	779.272
		<u>66.302</u>	<u>21.768</u>	<u>463.481</u>	<u>926.437</u>	<u>8.070</u>	<u>1.486.058</u>

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia utiliza como opção de curto prazo a conta garantida que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010 quanto à utilização da conta:

Conta Garantida	31/03/2011	31/12/2010
Contratada	80.000	40.000
Utilizada	18.684	-

g) Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	31/03/2011		31/12/2010		
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	38.819	38.819	37.568	37.568
Outros ativos financeiros	Valor justo por meio de resultado	2	656	656	25.614	25.614
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	63.828	63.828	59.104	59.104
Consumidores concessionários	Empréstimos e recebíveis	2	548.272	548.272	488.067	488.067
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	406.336	406.336	416.918	416.918
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	2	642.185	641.985	603.153	600.186
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	2	643.656	642.957	644.799	637.658
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	369.039	369.039	274.569	274.569

As aplicações financeiras registradas nas informações trimestrais aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme instrução 475/2008 da CVM

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros:

<u>Indexador do Contrato</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>Cenário + 25%</u>	<u>Cenário + 50%</u>
CDI	92.800	116.000	139.200
IPCA	23.898	29.873	35.847
TJLP	5.480	6.850	8.220
FIXO	1.421	1.421	1.421
TOTAL	123.599	154.144	184.688

32. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	Vigência até	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
ITAIPU	2023	223	236	246	246	247	6.407
ENERTRADE	2022	41	43	44	46	48	332
CCEAR 2005	2012	236	-	-	-	-	-
CCEAR 2006	2013	211	219	-	-	-	-
CCEAR 2007	2014	35	37	38	-	-	-
CCEAR 2007 - Energia Existente (A-1)	2014	5	5	5	-	-	-
CCEAR2008 - Energia Existente	2015	58	60	62	65	-	-
Trocas Livres 2005 - Energia Existente	2012	44	-	-	-	-	-
Trocas Livres 2006 - Energia Existente	2013	51	53	-	-	-	-
Trocas Livres 2007 - Energia Existente	2014	10	11	11	-	-	-
Trocas Livres 2007 - Energia Existente (A-1)	2014	1	1	1	-	-	-
Trocas Livres 2008 - Energia Existente	2015	22	23	24	25	-	-
Trocas Livres 2009 - Energia Existente	2016	43	44	46	48	50	-
CCEAR2008 - Energia Nova	2022/2037	20	21	22	22	23	229
CCEAR2009 - Energia Nova	2023/2038	32	33	34	35	37	355
CCEAR2009 - Energia Nova (A-3)	2023/2038	34	36	37	38	40	1.052
CCEAR2010 - Energia Nova	2024/2039	85	88	91	95	99	2.371
CCEAR2011 - Energia Nova	2025/2040	47	48	50	52	54	1.428
CCEAR2010 - Energia Nova (A-3)	2024	9	9	10	10	11	102
CCEAR2012 - Energia Nova (A-5)	2026/2041	114	118	123	128	133	2.931
CCEAR2012 - Energia Nova (UHE Santo Antonio) 2042		-	12	33	51	55	1.665
CCEAR2013 - Energia Nova (UHE Jirau) 2042		-	31	61	88	109	5.035
CCEAR2011 - Energia Nova (A-3) 2025		33	34	35	36	38	418
CCEAR2013 - Energia Nova (A-5) 2027/2042		-	413	429	446	466	7.092
Total		1.354	1.575	1.402	1.431	1.410	29.417

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2010 que foram homologados pela ANEEL.

33. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei no 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei no 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação para o período findo em 31 de março de 2011 foi de R\$ 1.865 (R\$ 2.542 em 31 de março de 2010).

34. COBERTURA DE SEGUROS

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice internacional do Grupo Endesa, com o valor em risco no montante global de R\$ 662.363, cobertura de lucros cessantes no total de R\$ 995.980 e com uma cobertura por eventos de danos materiais combinado a perda de benefícios no montante de R\$ 54.018. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$ 270.090 por sinistro ou agregado anual. Ambos os programas tem validade no período compreendido de 30 de junho de 2010 a 30 de junho de 2011.

O prêmio total de R\$ 1.669 corresponde a R\$ 1.111 de riscos operacionais e R\$ 558 de responsabilidade civil.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	De	Até		
Risco operacional	30/06/2010	30/06/2011	662.363	54.018
Responsabilidade civil geral	30/06/2010	30/06/2011	n/a	270.090